



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE RECURSOS
NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA



MÁRCIA CRISTINA SANTOS

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES
DA GESTÃO COMPARTILHADA: O CASO DA RESERVA
EXTRATIVISTA MARINHA MESTRE LUCINDO, EM MARAPANIM-PA**

BELÉM
2020

MÁRCIA CRISTINA SANTOS

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES
DA GESTÃO COMPARTILHADA: O CASO DA RESERVA
EXTRATIVISTA MARINHA MESTRE LUCINDO, EM MARAPANIM-PA**

Dissertação apresentada para a obtenção do
Título de Mestre em Gestão de Recursos
Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia,
pelo Núcleo de Meio Ambiente da Universidade
Federal do Pará.

Área de concentração: Gestão de Recursos
Naturais.

Orientador: Prof. Tit. Dr. Otávio do Canto

Co-Orientador: Prof. Dr. Rodolpho Zahluth

BELÉM

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

S237c Santos, Márcia Cristina
Conflitos socioambientais, desafios e possibilidades da
gestão compartilhada: o caso da Reserva Extrativista
Marinha Mestre Lucindo, em Marapanim-PA / Márcia Cristina
Santos. — 2020.
84 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Otávio do Canto
Coorientador(a): Prof. Dr. Rodolpho Zahluth Bastos
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na
Amazônia, Núcleo do Meio Ambiente, Universidade Federal
do Pará, Belém, 2020.

1. Conflitos socioambientais. 2. Gestão
compartilhada. 3. Reserva Extrativista. 4. Zona Costeira.
5. Gestão ambiental. I. Título.

CDD 000

MÁRCIA CRISTINA SANTOS

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES
DA GESTÃO COMPARTILHADA: O CASO DA RESERVA
EXTRATIVISTA MARINHA MESTRE LUCINDO, EM MARAPANIM-PA**

Dissertação apresentada para a obtenção do
Título de Mestre em Gestão de Recursos
Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia,
pelo Núcleo de Meio Ambiente da Universidade
Federal do Pará.

Área de concentração: Gestão de Recursos
Naturais.

Orientador: Prof. Tit. Dr. Otávio do Canto

Co-Orientador: Prof. Dr. Rodolpho Zahluth

Defendido e aprovado em: ____/____/____

Conceito: _____

Banca examinadora:

Prof. Dr. Rodolpho Zahluth Bastos – Co-orientador

Doutor em Geopolítica pela Université Paris 8 - Instituto Francês de Geopolítica (IFG/Paris 8)
Universidade Federal do Pará

Prof. Tit. Dr. Wagner Luiz Ramos Barbosa - Membro

Doutor em Ciências Naturais pela Universidade de Bonn-Alemanha
Universidade Federal do Pará

Prof^a. Dra. Lise Vieira da Costa Tupiassu Merlin- Membro

Doutora em Direito Público pela Université Toulouse 1 – Capitole
Universidade Federal do Pará

Dedico este trabalho aos meus dois amores, meus pilares na vida: minha mãe, Rosa Cristina Santos, e meu namorado, Miguel Gonçalves Sepêda Filho.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, manifesto minha profunda gratidão a Deus e à Nossa Senhora de Nazaré, pelo Amor, luz e proteção ao longo de toda a minha existência.

À Rosa Cristina Santos, um anjo em forma de mulher e alma de flor, aquela que Deus me presenteou para chamar de “mamãe”, por todo o amor, carinho, proteção, dedicação e incentivo; e por tornar tão maravilhosa essa jornada que chamamos de vida. Você é a minha base, a razão de tudo. Amo-lhe sem medida!

Ao meu namorado, melhor amigo, amor da minha vida, também conhecido como Miguel Gonçalves Sepêda Filho, por todo o amor, carinho, proteção, companheirismo, apoio e incentivo ao longo de quase uma década. Te amo de todo meu coração e de toda minha alma, e contigo quero sempre estar.

A todos os meus familiares, em especial ao meu avô, José Santos, pelo carinho, pelas conversas, pela companhia durante a quarentena, e por ser esse sonho de vovô. Amo-lhe muito e tenho imenso orgulho de ser sua neta. Também não poderia deixar de demonstrar minha gratidão à minha amiga e tia, Janice Soares, por todo o amor, carinho, dengo, apoio e risadas. Você torna minha vida mais leve e feliz, lhe amo demais.

À Dona Solange e ao Seu Miguel, minha família do coração, pelo amor, carinho e apoio em cada um dos mais singelos momentos que vivemos juntos, desde as risadas durante as partidas de dominó até as orações pela nossa proteção. Dedico-lhes uma parte especial do meu coração, amo vocês.

Ao meu orientador, Otávio do Canto, por todo o conhecimento repassado, pela amizade, pela confiança, e pelo empenho durante toda a orientação. Ao me apresentar esta temática de estudo, o senhor tornou verdadeiramente singular minha experiência de mestrado. É uma grande honra caminhar com um dos grandes geógrafos das amazônias.

Ao corpo docente e técnico do PPGEDAM, pelos conhecimentos compartilhados e pelo suporte obtido no decorrer desta etapa.

Aos amigos da turma PPGEDAM 2019, em especial à Larissa, Marcel e Arthur, pela amizade, risadas e momentos de descontração, tornando esta etapa mais alegre e divertida. Que a nossa amizade se fortaleça cada vez mais, adoro vocês.

À querida Dona Lídia Amorim, aquela que, para além de todo o carinho e incentivo, muito contribuiu para a construção e levantamento dos dados que aqui se apresentam. As pesquisas de campo foram de significativo aprendizado em sua companhia.

Aos membros do Conselho Deliberativo e moradores da RESEX, por terem me recebido tão bem, e por terem colaborado tanto com o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos amigos da equipe de apoio de gestão da RESEX, Dona Lídia, Seu Arnaldo, Gabriel, Soraya, Elton, Marina, Letícia, Luana, Camila e Nylson, pelo carinho, aprendizado e risadas durante as viagens de campo. Vocês tornaram essa experiência incrível.

Aos amigos conquistados ao longo da vida, em especial às minhas irmãs de alma, Grazielly e Juliane, por todo o amor, carinho, risadas, apoio e incentivo, e por sempre se fazerem presentes na minha vida. Amo muito vocês. Também não poderia deixar de expressar meu profundo agradecimento à minha amiga Gabrieli, pelo amor, carinho, confiança, incentivo e pela amizade mais que especial, que eu quero levar para o resto da vida. Amo muito você.

“No começo pensei que estivesse lutando para salvar seringueiras, depois pensei que estava lutando para salvar a Floresta Amazônica. Agora, percebo que estou lutando pela humanidade.”

(Chico Mendes)

RESUMO

Este trabalho analisa os conflitos socioambientais, os limites e as possibilidades no contexto da gestão compartilhada da Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Mestre Lucindo, no município de Marapanim. Dentre os aspectos gerais da RESEX, um dos que merece destaque é sua criação recente, fator que permitiu o acompanhamento a partir dos estágios embrionários de gestão. A RESEX ainda não possui Plano de Manejo implementado, o que possibilita a oportunidade de sugerir técnicas de intervenção, e reforça a relevância da pesquisa. Este trabalho apresenta um artigo que discute os conflitos socioambientais da RESEX. Neste artigo, os principais conflitos socioambientais verificados foram pesca predatória, degradação dos mangues, extração predatória de caranguejo, extração de madeira em áreas de mangue e de terra firme, destinação inadequada de resíduos sólidos, queimadas, acúmulo de resíduos sólidos em rios e igarapés, e conflitos fundiários. Com isso, foram criadas as bases para tratar do segundo artigo, o qual versa sobre os limites da gestão compartilhada considerando os conflitos existentes. Nesta fase, as análises foram restritas ao Conselho Deliberativo, visto que este é o principal instrumento da gestão compartilhada. O resultado das reflexões deste artigo apontou que as limitações da gestão compartilhada na RESEX são: ineficiência do sistema de informação entre a maioria dos conselheiros, baixo grau de participação da população, dificuldade de mediação relativa aos interesses dos membros do Conselho Deliberativo, comunicação frágil entre as comunidades da RESEX e a implantação do Núcleo de Gestão Integrada (NGI). A partir destes resultados, foi possível pensar técnicas a serem sugeridas a fim de melhor lidar com estes limites. As técnicas visam o aumento da participação social, oportunidades de geração de renda, fortalecimento das inter-relações e as parcerias entre instituições do Conselho, capacitação e conscientização de todos os envolvidos, aumento da divulgação de informações sobre a RESEX, incentivo à comunicação entre as comunidades, com ênfase naquelas mais afastadas do centro da cidade, incentivo à organização e à proatividade, além da busca pela melhoria contínua.

Palavras-chave: Conflitos socioambientais. Gestão compartilhada. Reserva Extrativista. Zona costeira. Gestão ambiental. Território.

ABSTRACT

This paper analyzes socio-environmental conflicts, limits and possibilities in the context of the shared management of the Marine Master Lucindo Extractive Reserve (RESEX), in the municipality of Marapanim. Among the general aspects of RESEX, one that deserves to be highlighted is its recent creation, a factor that allowed monitoring from the embryonic stages of management. RESEX does not yet have a Management Plan in place, which provides the opportunity to suggest intervention techniques, and reinforces the relevance of the research. This work presents an article that discusses RESEX's socioenvironmental conflicts. In this article, the main socioenvironmental conflicts verified were overfishing, degradation of mangroves, predatory extraction of crab, extraction of wood in mangrove and dry land areas, improper disposal of solid waste, fires, accumulation of solid waste in rivers and streams, and land conflicts. With that, the bases were created to deal with the second article, which deals with the limits of shared management considering the existing conflicts. At this stage, the analyzes were restricted to the Deliberative Council, since this is the main instrument of shared management. The result of the reflections in this article pointed out that the limitations of shared management in the RESEX are: inefficiency of the information system among the majority of councilors, low level of participation of the population, difficulty in mediation regarding the interests of the members of the Deliberative Council, weak communication between the RESEX communities and the implementation of the Integrated Management Center (NGI). From these results, it was possible to think of techniques to be suggested in order to better deal with these limits. The techniques aimed at increasing social participation, income generation opportunities, strengthening interrelationships and partnerships between Council institutions, training and awareness of all those involved, increasing the dissemination of information about RESEX, encouraging communication between communities, with an emphasis on those furthest from the city center, encouraging organization and proactivity, in addition to the search for continuous improvement.

Keywords: Socio-environmental conflicts. Shared management. Extractive reserve. Coastal zone. Environmental management. Territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Sequência dos eventos mais relevantes para a criação da RESEX Marinha Mestre Lucindo.....	22
Figura 2: Reunião em comemoração aos cinco anos de criação da RESEX Marinha Mestre Lucindo.....	27
Figura 3a) e 3b): Habitantes da comunidade de Cajutuba indicando os modos de uso e ocupação do solo e do mar, e áreas em que são manifestados conflitos, a fim de compor o mapa da cartografia participativa do local.	28
Figura 4: Aplicação de um questionário com uma família que habita a comunidade de Guarajubal.....	29
Figura 5: Moradoras da Vila de Camará durante ação de monitoramento de pescado, na Praia do Lembe.	30
Figura 6: Sequência cronológica de eventos relacionados à gestão da RESEX Marinha Mestre Lucindo.....	45
Figura 7: Reunião do Conselho Deliberativo da RESEX Marinha Mestre Lucindo....	46
Figura 8: Realização de uma oficina de cartografia participativa na comunidade de Cajutuba.....	48
Figura 9: Aplicação de um questionário em uma família residente na comunidade de Crispim, no interior da RESEX Marinha Mestre Lucindo.....	49
Figura 10: Monitoramento de pescado sendo realizado por duas moradoras locais, na Praia do Lembe.	50
Figura 11: Sequência dos eventos mais relevantes para a criação da RESEX Marinha Mestre Lucindo.....	60
Figura 12: Sequência cronológica de eventos relacionados à gestão da RESEX Marinha Mestre Lucindo.....	63

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Mapa de localização da RESEX Marinha Mestre Lucindo.	23
Mapa 2: Limites da RESEX Marinha Mestre Lucindo.....	42
Mapa 3: Localização da RESEX Marinha Mestre Lucindo.	59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Entrevistas realizadas com os conselheiros da RESEX Marinha Mestre Lucindo.....	31
Quadro 2: Entrevistas realizadas com moradores de seis comunidades da RESEX Marinha Mestre Lucindo.....	33
Quadro 3: Tipologias dos conflitos existentes na RESEX Marinha Mestre Lucindo..	34
Quadro 4: Entrevistas realizadas com os conselheiros da RESEX Marinha Mestre Lucindo.....	51
Quadro 5: Limites da gestão compartilhada na RESEX Marinha Mestre Lucindo.....	52
Quadro 6: Proposta de estratégias de gestão para a RESEX Marinha Mestre Lucindo.....	74

LISTA DE SIGLAS

AUREMAC	Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Cuinarana
AUREMAG	Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande De Curuçá
AUREMLUC	Associação dos Usuários da RESEX Marinha Mestre Lucindo
CAUREM	Central das Associações dos Usuários das Reservas Extrativistas Marinhas do Litoral Paraense
CEPNOR	Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
CONFREM	Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
LARC	Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica
NUMA	Núcleo de Meio Ambiente
RESEX	Reserva Extrativista
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SPU	Superintendência do Patrimônio da União
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
ARTIGO 1 - CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA: ESTUDO DA RESEX MARINHA MESTRE LUCINDO, EM MARAPANIM-PA	19
RESUMO	19
ABSTRACT	20
INTRODUÇÃO	20
REFERENCIAL TEÓRICO	23
METODOLOGIA	26
RESULTADOS E DISCUSSÃO	31
CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37
ARTIGO 2 - GESTÃO COMPARTILHADA E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O CASO DA RESEX MARINHA MESTRE LUCINDO, EM MARAPANIM-PA	39
RESUMO	39
ABSTRACT	39
INTRODUÇÃO	40
REFERENCIAL TEÓRICO	42
METODOLOGIA	44
RESULTADOS E DISCUSSÃO	50
CONCLUSÃO	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
PRODUTO – PROPOSTA DE CONTRIBUIÇÃO AO PLANO DE GESTÃO DA RESEX MARINHA MESTRE LUCINDO	58
APRESENTAÇÃO	58
ASPECTOS GERAIS DA RESEX	58
Localização e Acesso da RESEX	58
Histórico de Criação e Gestão da RESEX	59
Origem do nome da RESEX	63
Contextualização da RESEX nos Sistemas de Unidades de Conservação	63
DIAGNÓSTICO DA GESTÃO DA RESEX	65
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE GESTÃO DA RESEX	66

Missão e Visão de Futuro	66
Objetivos do Plano de Gestão	66
Estratégias de Gestão.....	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta como foco a análise dos conflitos socioambientais, dos limites e das possibilidades no contexto da gestão compartilhada da Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Mestre Lucindo, localizada no município de Marapanim.

As reflexões insurgentes desta pesquisa possibilitaram uma análise mais profunda sobre a complexidade territorial amazônica. Com isso, assumiu-se a proposta de compreender um recorte espacial que representa um papel de destaque na identidade regional, em que o rio e a floresta expressam não somente a paisagem, mas também a representação de um modo de vida ribeirinho que compõe uma parte importante das múltiplas e diferentes amazônias.

Aqui, trataremos especificamente de uma Amazônia que expressa a cultura cabocla como base de sua identidade territorial. O rio é, para além da circulação, o traçado que movimenta a vida de sua população. Assim sendo, este elemento não somente garante a sobrevivência, mas também a reprodução de aspectos histórico-culturais de uma população. Do mesmo modo, a floresta também é o espelho da identidade local, pois representa uma parcela importante da sobrevivência e do *ethos* de seus habitantes. Com isso, percebe-se que estes elementos se caracterizam como base simbiótica da realidade deste território.

A cidade de Marapanim possui como fator de maior expressividade local o extrativismo de recursos pesqueiros, com destaque para a pesca artesanal (FURTADO, 1990). Dentro do município, está situada a RESEX Marinha Mestre Lucindo. O processo de gerenciamento da categoria RESEX é resultado de uma importante conquista social, que representa a vontade popular em fazer parte do processo de tomadas de decisão. A consolidação destes anseios é representada por lutas históricas, que remonta aos anos 1960.

Neste período, os embates fundiários se acentuaram em decorrência da expansão agrícola e da urbanização, importantes processos que foram sendo desenvolvidos sem o devido planejamento e sem consulta à sociedade civil. Atribuiu-se aqui especial atenção à Amazônia, alvo de intensa ocupação, exploração e construção de empreendimentos de grande porte (ALMEIDA, 2014).

Como desdobramento desses acontecimentos, uma porção significativa dos seringais do Estado do Acre foi transformada em pastos, e os seringueiros foram expulsos de seus territórios. Desse modo, os seringueiros começaram a se organizar,

sob a liderança de Chico Mendes, formando uma frente de resistência ao processo de expansão de fazendeiros de gado e de projetos de colonização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Uma das estratégias de destaque era o do “empate”, isto é, um movimento de ocupação pacífica dos pontos de derrubadas, o qual contava com mulheres e crianças. Esta tática ganhou força entre os anos de 1978 e 1988, e se propagou entre outros Estados (BECKER, 2009).

Vale mencionar que, nos anos 1970, os movimentos ambientalistas emergentes interpretavam a concepção de proteção à Natureza essencialmente preservacionista, de modo que a harmonia entre os ideais de preservação do meio ambiente e a ocupação humana eram tratadas como inexecutáveis (LIMA, 2018). Logo, o objeto de proteção referia-se apenas ao meio físico, sem atentar para a manutenção de aspectos histórico-culturais imbricados nos modos de vida dessas populações.

Com o passar do tempo, o Movimento dos Seringueiros se fortaleceu e começou a obter conquistas, dentre elas a implementação do Decreto nº 98.897/1990, o qual estabeleceu a primeira conceituação legal das RESEX, como sendo “espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista”.

Conforme declara Lima (2018), neste período foram instituídas as quatro primeiras RESEX brasileiras, sendo elas: RESEX Alto Juruá e Chico Mendes, ambas localizadas no Acre; RESEX Rio Preto, em Rondônia; e RESEX do Rio Caiari, em Amapá. O Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) informa que a primeira RESEX criada no Pará foi a de Tapajós Arapiuns, em 1998, com 674.205 quilômetros quadrados de área.

Dezesseis anos mais tarde, por meio do Decreto Federal sem número, de 10 de outubro de 2014, foi legalmente instituída a RESEX Marinha Mestre Lucindo. Em seguida, com a Portaria nº 270/2018, foi criado o Conselho Deliberativo da RESEX, o qual é composto por representantes da população local, de associações comunitárias, além de órgãos municipais e federais. Neste sentido, considerando a multiplicidade de sujeitos sociais envolvidos, além do contexto socioambiental complexo em que a RESEX está inserida, alguns embates podem surgir, ou mesmo intensificar os pré-existentes.

Dentre as diversas razões capazes de gerar estes embates, Acseirad (2004) aponta para as diferentes apreensões de cada grupo social sobre o meio natural, visto

que estas relações não se restringem apenas à satisfação de necessidades, mas também compreende as maneiras de reprodução dos mais distintos significados sobre o território. Neste sentido, as percepções de vários grupos sociais sobre o meio, além de diferentes, podem também ser conflitantes.

Aqui é importante esclarecer que a presente pesquisa admite os conflitos como internalidade, tal como explicitado por Simmel (1983), constituindo-se como uma inerência ao convívio social. E mais: é a partir da existência dos conflitos que emergem as possibilidades de transformações sociais necessárias à construção de uma nova realidade.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é compreender os conflitos socioambientais e as limitações da gestão compartilhada na RESEX Marinha Mestre Lucindo, para que, a partir disso, possam ser pensadas e propostas novas maneiras de intervenção sobre o território.

Dentre as motivações que resultaram na decisão de estudar esta temática, a principal delas diz respeito à possibilidade de analisar um instrumento que representa uma das maiores conquistas sociais, principalmente ao considerar que muitos dos projetos instalados nas amazônias foram impostos sem considerar a realidade local. Assim, a justificativa desta pesquisa reside na recente criação da RESEX, fator que permite um recorte temporal que comporte desde os estágios iniciais de gestão.

A parte inicial deste trabalho é formada por uma discussão introdutória, com vistas a contextualizar a temática. O primeiro artigo discute os principais conflitos socioambientais existentes na RESEX. O segundo artigo versa sobre os limites da gestão compartilhada, considerando os conflitos socioambientais anteriormente identificados. O produto apresenta uma proposta de contribuição ao Plano de Gestão da RESEX, com a sugestão de medidas para melhor lidar com as limitações da gestão compartilhada. E por fim, têm-se as considerações finais.

ARTIGO 1 - CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA: ESTUDO DA RESEX MARINHA MESTRE LUCINDO, EM MARAPANIM-PA

RESUMO

Este artigo versa sobre conflitos socioambientais existentes na Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Mestre Lucindo. Esta RESEX foi instituída no ano de 2014, é gerenciada por um Conselho Deliberativo, mas ainda não possui plano de manejo. Neste sentido, é importante considerar a recente criação desta Unidade de Conservação (UC), o que possibilita realizar uma análise que contenha os processos iniciais de gestão, bem como os possíveis avanços e retrocessos subsequentes. Para isto, foi necessário fazer uso de instrumentos metodológicos, tais como: levantamento bibliográfico-documental; trabalho de campo; realização de entrevistas; participação em reuniões do Conselho Gestor da RESEX; participação em oficinas de Cartografia Participativa na RESEX, realizadas pelo Grupo de Pesquisa Sociedade-Ambiente das Amazônias (GPSA-Amazônias); participação nas atividades de monitoramento do pescado e nos levantamentos sobre o perfil das famílias beneficiárias da RESEX, realizadas pelo Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e realização de registros fotográficos. A metodologia aplicada permitiu identificar inter-relações estabelecidas entre os sujeitos sociais envolvidos, o território usado e a apropriação dos recursos naturais; além do modo de vida da população local, e também os conflitos existentes. Especificamente, as entrevistas possibilitaram identificar os principais conflitos e as instituições mais procuradas para tentar lidar com estas situações. As entrevistas foram realizadas com membros do Conselho Deliberativo e com moradores de seis comunidades locais. O trabalho detectou que os principais conflitos socioambientais existentes na RESEX são representados pela pesca predatória, degradação dos mangues, extração predatória de caranguejo, extração de madeira em áreas de mangue e de terra firme, destinação inadequada de resíduos sólidos, queimadas, acúmulo de resíduos sólidos em rios e igarapés, e conflitos fundiários. Os órgãos ou instituições mais procuradas para mediar estes conflitos são ICMBio e Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA). O contexto socioambiental em que a RESEX Marinha Mestre Lucindo encontra-se inserida está repleto de conflitos, dos quais a grande maioria está relacionada ao uso e apropriação dos recursos naturais ali presentes. Portanto, ressalta-se a necessidade de interpretar os conflitos como elementos catalisadores de transformações, além de estimular os sujeitos sociais envolvidos a atuarem de maneira mais cooperativa e consciente.

Palavras-chave: Conflitos socioambientais. Gestão ambiental. Reserva extrativista. Zona costeira.

ABSTRACT

This article deals with socio-environmental conflicts existing in the Marine Extractive Reserve (RESEX) Mestre Lucindo. This RESEX was established in 2014, is managed by a Deliberative Council, but does not yet have a management plan. In this sense, it is important to consider a recent creation of this Conservation Unit (UC), so then it is possible to carry out an analysis that contains the initial management processes, as well as possible advances and subsequent setbacks. For this, it was necessary to make use of methodological instruments, such as: bibliographic-documentary survey, field work, carrying out due, participation in meetings of the RESEX Management Council, participation in Participatory Cartography workshops at RESEX, carried out by the Research Group Sociedade-Ambiente das Amazônias (GPSA-Amazônias), participation in surveys on the profile of families benefiting from RESEX, carried out by the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation (ICMBio) and making photographic records. The applied methodology, identifying common interrelationships between social subjects, the used and appropriate territory of natural resources; besides the way of life of the local population, and also the existing conflicts. Specifically, how to identify made it possible to identify the main conflicts and the most wanted institutions to try to deal with these situations. The associations were approved with the members of the Deliberative Council and with the residents of six local communities. The work detected that the main socio-environmental conflicts existing in the RESEX are represented by overfishing, degradation of mangroves, predatory extraction of crab, extraction of wood in mangrove and land areas, improper destination of solid residues, fires, accumulation of solids in rivers and streams, and land conflicts. The most wanted institutions to mediate conflicts are ICMBio and the Municipal Environment Secretary (SEMMA). Therefore, it is concluded that the socio-environmental context in which Marine RESEX Mestre Lucindo is inserted is full of conflicts, of which the great majority is related to the use and appropriation of the natural resources present there. Therefore, the need to interpret conflicts as catalysts for transformations is emphasized, in addition to encouraging the subjects involved to act in a more cooperative and conscious manner.

Key words: Socio-environmental conflicts. Environmental management. Extractive reserve. Coastal zone.

INTRODUÇÃO

Os conflitos socioambientais abrangem um vasto tema de reflexão e discussão, por ser um assunto que perpassa várias áreas de conhecimento, dada sua amplitude analítica. Deste modo, a abrangência conceitual desta temática supera o campo disciplinar, dando possibilidades a diferentes formas de compreensão da realidade.

Os conflitos são resultado de dialéticas que se originam de embates sociais pelo uso e organização do território. Neste sentido, os conflitos se apresentam como parte de existências sociais contraditórias e complementares. Desta forma, destaca-se aqui a zona costeira paraense como a materialização do cenário destas contradições devido sua diversidade, resultado de diferentes interesses e expressões territoriais. Aqui se propõe identificar e analisar os conflitos socioambientais em uma Unidade de Conservação (UC), a qual apresenta contradições e singularidades marcantes.

As UCs são um tipo especial de áreas protegidas, e são regulamentadas de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei Federal nº 9.985/2000. Dentre as categorias estabelecidas pelo SNUC, tem-se as Reservas Extrativistas (RESEX), as quais são definidas como áreas habitadas por populações que fazem uso de conhecimentos tradicionais para garantir a subsistência, a qual é baseada no extrativismo.

Porém, não se pode generalizar esta condição, visto que nem todos os habitantes da RESEX possuem seus meios de sobrevivência ligados ao uso de conhecimentos tradicionais. Esta, bem como todas as demais UCs, apresenta condições especiais - e, portanto, mais restritivas - quanto ao acesso, uso e aproveitamento de recursos naturais, podendo assim gerar conflitos.

Admitidas essas restrições, Brito (2010) destaca que os conflitos socioambientais em UCs podem ser resultados da superposição de usos e distintas maneiras de apreensão de um espaço ou recurso natural. Neste sentido, Vivacqua e Vieira (2005) apontam também que o surgimento de conflitos em UCs está associado à incompatibilidade de atividades ali desenvolvidas, as quais em um certo ponto oferecem risco à subsistência e qualidade de vida de uma parcela dos sujeitos sociais; além da assimetria em relação ao “poder de barganha” entre as partes envolvidas.

A partir dessas percepções, é possível afirmar então que as UCs podem servir como laboratórios para o estudo de conflitos socioambientais, pois permitem a observação e análise de embates que se manifestam ao longo de limites territoriais já estabelecidos (BRITO, 2010). E mais: ao enveredar para as UCs amazônicas, o ambiente de discussão e reflexão torna-se ainda mais fértil, dada a riqueza de singularidades verificadas neste cenário, tal como se observa na área de estudo deste trabalho.

A RESEX Marinha Mestre Lucindo está localizada da Zona Costeira paraense, mais precisamente no município de Marapanim. A literatura a respeito da criação desta UC ainda é escassa, e por isso, recorreu-se às informações apresentadas no Estudo Socioambiental referente à criação desta UC, desenvolvido pelo Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio, 2014) e também à pesquisa de Lima (2018).

Segundo este estudo, desde o ano de 2005 o Comitê de Lideranças dos Povos Pesqueiros de Marapanim, sob a liderança do senhor Luiz Guttemberg, lutava pela criação de uma UC no município. Em 2013, o ICMBio em parceria com o Comitê, realizou uma reunião na Colônia de Pescadores de Marapanim, a fim de discutir a proposta de criação de uma UC no município. Por fim, em 10 de outubro de 2014 foi publicado o Decreto Federal sem número e a RESEX Marinha Mestre Lucindo¹ foi oficialmente criada. Assim, com base no Estudo desenvolvido pelo ICMBio (2014), foi possível elaborar a figura 1, a qual apresenta a cronologia dos principais acontecimentos que resultaram na criação da RESEX.

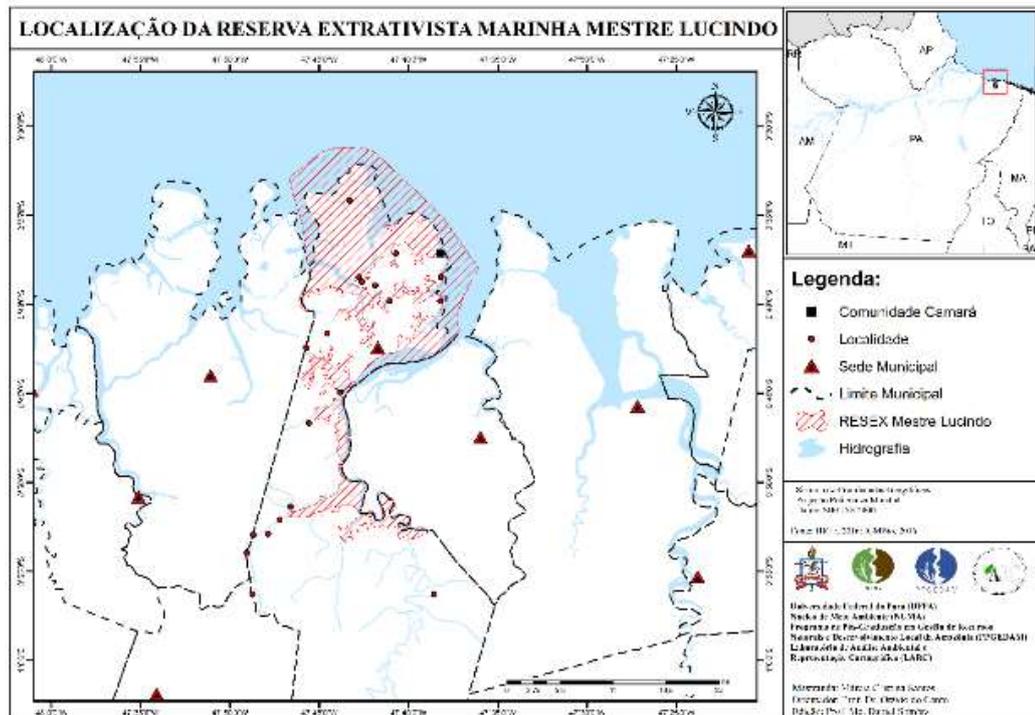
Figura 1: Sequência dos eventos mais relevantes para a criação da RESEX Marinha Mestre Lucindo.



Até o momento, a RESEX não possui plano de manejo instituído. A seguir, tem-se o Mapa 1, o qual apresenta a localização da RESEX.

¹ Mestre Lucindo é o cognome de Lucindo Rebelo da Costa (1908-1988), considerado um dos maiores mestres e poetas do Carimbó. Marapanim, onde nasceu e viveu, é considerada a Capital do Carimbó.

Mapa 1: Mapa de localização da RESEX Marinha Mestre Lucindo.



Fonte: LARC/NUMA, 2019.

Desse modo, este trabalho foi construído com o intuito de identificar os principais conflitos socioambientais existentes na Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Mestre Lucindo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica da discussão aqui proposta requer o esclarecimento acerca de duas categorias analíticas centrais a serem utilizadas, sendo estas: conflitos socioambientais e território.

Ao definir como ponto de partida desta discussão o conceito de conflitos socioambientais segundo Little (2001;2002), estes podem ser compreendidos como embates entre diferentes grupos sociais, causados devido a relações distintas - e conflitantes - estabelecidas entre cada grupo social e o meio ambiente. Desse modo, os conflitos se manifestam a partir da reivindicação dos “espaços culturais, políticos e territoriais” pelos grupos sociais.

E ainda, utilizou-se a noção de conflitos socioambientais de acordo com Simmel (1983), o qual analisa os conflitos a partir de uma perspectiva de internalidade, compreendendo os conflitos como fatores inerentes à vida em sociedade. Por isso,

refere-se aos conflitos como sociação ou socialização, o que significa ser parte integrante das relações estabelecidas entre os indivíduos.

O mesmo autor projeta essa reflexão para mais além: “O conflito está assim destinado a resolver dualismos divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade. (...) O próprio conflito resolve a tensão entre contrastes” (Simmel, 1983, p. 122-123). A “unidade” aqui mencionada não remete necessariamente a uma possível concordância, mas sim ao resultado da soma de todos os fatores envolvidos.

Em outras palavras, o conflito permite atingir o estado de equilíbrio real entre as forças da dinâmica social, visto que uma sociedade onde há somente forças convergentes necessita do oposto, isto é, de forças divergentes para, então, mudar permanentemente a sua qualidade e manter a sua evolução histórica. A diferença entre os sujeitos pode resultar na “unidade” pelo conflito, tanto por complementaridade quanto por articulação de interesses.

E por compreender que a existência do conflito dá origem a diversas contribuições, as quais enriquecem o cenário e, conseqüentemente, as possibilidades de apreensão da realidade social, a resolução de conflitos já não entra em questão. Seguindo esta lógica, tem-se um argumento de Canto (2016):

(...) o importante não é solucionar o conflito, porque ele não é passível de solução; o importante é criar mecanismos de oportunidades para o acesso democrático aos recursos e aos seus benefícios. Só assim seria possível construir um desenvolvimento local sustentável (CANTO, 2016, p. 331).

Neste sentido, torna-se imperativo encarar os conflitos como geradores de novos arranjos, novas possibilidades de análise, compreensão e intervenção social. Então, os conflitos são, na verdade, propulsores de transformações a favor do desenvolvimento. Portanto, os conflitos existentes na RESEX Marinha Mestre Lucindo serão tratados neste trabalho como alternativas ao desenvolvimento local, passíveis não de resolução, mas sim de técnicas de mediação.

Aliado aos conflitos socioambientais, tem-se outra noção de suma importância a este trabalho: o território. Canto (2016) destaca:

Pode-se afirmar que os conflitos socioambientais estão diretamente conectados à dimensão territorial, surgindo a partir das diferentes formas de apropriação dos conhecimentos, das técnicas e dos “recursos naturais” pelos diversos atores sociais que se articulam de acordo com os interesses e conveniências, que são históricas (CANTO, 2016, p. 83).

E para contribuir com a discussão, foi utilizada a concepção de território de acordo com Santos (2007, p.14), o qual interpreta essa categoria como sendo “o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”. Aqui nota-se a condição dialética entre sujeito e espaço, como condição da existência territorial, explicitada por Santos (2011, p. 96).

Deste modo, o território é o conjunto das práticas socialmente produzidas e do meio natural em que se insere. Neste sentido, Santos (2000) explicita que o território usado representa “tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas”. Essa percepção conduz a pensar sobre o território como uma expressão orgânica das relações sociais que produzem uma identidade territorial. O território é, portanto, o registro histórico de gerações que caminharam por ele.

E ainda, a natureza do território é demonstrada por Santos (2005) como um elemento em constante transformação, ao afirmar que o “território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. Logo, o território da RESEX vai muito além de seus limites espaciais, sendo definido pelas relações estabelecidas entre seus habitantes e o meio natural. Tais relações são marcadas pela interdependência, de maneira que o comportamento de um interfere sobre o comportamento do outro.

Ao focar a perspectiva dos habitantes, tem-se o território abrigo, isto é, o território como elemento essencial para a garantia de reprodução de um modo de vida, conforme aponta Santos (2000, p. 108): “Os atores hegemônicos têm o território como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares.”

Os pescadores, por exemplo, os quais são a porção mais representativa dentre os habitantes da RESEX, possuem uma estreita relação com o mar, visto que a pesca torna possível não apenas sua sobrevivência, como também toda uma complexa teia de relações e comportamentos que mantêm vivos traços culturais essenciais para a reprodução de seu modo de vida.

METODOLOGIA

Tendo em vista o objetivo proposto neste artigo, foi necessário agrupar um conjunto de ferramentas metodológicas, tais como: levantamento bibliográfico-documental, observação de campo, realização de entrevistas e registros fotográficos.

Área de estudo

A RESEX Marinha Mestre Lucindo está situada na mesorregião Nordeste, microrregião do Salgado, mais precisamente no município de Marapanim. A área desta UC é de 26.464,88 hectares, abrangendo 32 comunidades distribuídas em oito polos. Ao longo do território da RESEX, duas dinâmicas naturais bastante diferentes se destacam: a zona de água doce e a zona de água salgada. Na zona de água doce, dada a influência de corpos de água doce, predomina a agricultura familiar. Já na zona de água salgada, devido a influência do mar, predomina a pesca artesanal.

Instrumentos metodológicos

Os instrumentos metodológicos utilizados foram: levantamento bibliográfico-documental, visitas a campo e realização de entrevistas semiestruturadas. Durante as visitas a campo, realizou-se observação direta da ação cotidiana e pública, efetuando registros em relatos de campo, gravações de áudios e captura de imagens.

As visitas a campo ocorreram em quatro diferentes momentos, e tiveram por função proporcionar a aproximação entre a pesquisadora, a população local e os conselheiros, além de permitir a observação direta de conflitos existentes. Entretanto, cabe aqui mencionar que este trabalho não está associado aos resultados e/ou produtos gerados em qualquer uma destas visitas.

O primeiro momento consistiu nas reuniões do Conselho Deliberativo da RESEX, em que foi possível identificar os principais sujeitos sociais envolvidos, bem como os tipos de relações estabelecidas entre estes sujeitos, a partir de observação direta. Os sujeitos sociais aqui enfocados são lideranças comunitárias, grupos de influência e órgãos relacionados. Cabe aqui salientar que o presente artigo não se ateve às minúcias da gestão da RESEX, mas sim aos conflitos socioambientais ali presentes.

Durante essas reuniões, os membros do Conselho Deliberativo e demais interessados reúnem-se em data, local e horário antecipadamente agendados, e

dialogam acerca dos itens de pauta contidos no ofício de convocação para a reunião, podendo ocorrer outros temas pertinentes. Estes itens compreendem atividades de planejamento referentes à gestão da RESEX, exposição de possíveis embates, além de ações de parcerias com outras instituições. Exemplos dessas parcerias são aulas experimentais, visitas, proposições ao desenvolvimento de pesquisas etc. A figura 2 abaixo ilustra uma das reuniões do Conselho Deliberativo da RESEX.

Figura 2: Reunião em comemoração aos cinco anos de criação da RESEX Marinha Mestre Lucindo.



O segundo momento em que ocorreram as visitas a campo foram as oficinas de cartografia participativa, promovidas pelo Grupo de Pesquisa Sociedade-Ambiente das Amazônias (GPSA). Esta cartografia, embora não seja oficial, é um instrumento de grande utilidade, pois permite conhecer o território e, conseqüentemente, os conflitos, sob a perspectiva da população local. Este processo obedece a uma seqüência de etapas, que serão descritas a seguir.

Inicialmente, a equipe vai a campo e entra em contato com algum morador local, a fim de explicar do que se trata esta cartografia, as dinâmicas necessárias para sua realização e a utilidade desta ferramenta para a comunidade e para os gestores locais. Em seguida, o morador local se torna responsável por mobilizar a comunidade, convidando-a a participar do processo, com data, hora e local pré-definidos. No dia determinado, a equipe de pesquisadores retorna ao local e conversa com todos os

presentes a respeito do significado desta cartografia, a metodologia do processo e a importância deste produto para a região.

Neste primeiro encontro com a comunidade, a equipe leva um mapa da cartografia oficial da comunidade em questão. Este mapa é estendido sobre uma mesa e os participantes são estimulados a identificar as áreas e seus respectivos usos do solo e os conflitos vivenciados no território. Aos poucos, as particularidades locais são evidenciadas. Ao fim deste processo, a equipe retorna para a universidade, e lá o mapa da cartografia participativa é confeccionado. Esta dinâmica tende a ocorrer por mais de uma vez, a fim de refinar cada vez mais as informações relatadas pela população local. E em cada encontro com a comunidade, os pesquisadores reforçam a explicação sobre os pontos-chave do processo: do que se trata, para que serve e qual sua importância.

Por fim, a equipe volta ao local e entrega o mapa em três vias impressas, sendo uma via entregue à comunidade, uma à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e uma ao órgão gestor da RESEX. O mesmo mapa também é disponibilizado em meio digital, com o intuito de promover um maior alcance dos resultados obtidos. Estas oficinas foram aplicadas na Vila do Camará e na ilha de Ituaçu, ambas situadas no interior da RESEX. Abaixo, tem a figura 3, demonstrando as dinâmicas da cartografia participativa.

Figura 3a) e 3b): Habitantes da comunidade de Cajutuba indicando os modos de uso e ocupação do solo e do mar, e áreas em que são manifestados conflitos, a fim de compor o mapa da cartografia participativa do local.



O terceiro momento das visitas a campo foi a participação voluntária no processo de levantamento de beneficiários da RESEX, promovido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Neste levantamento, foram aplicados questionários contidos em *tablets* emprestados pelo Sistema de Informações das Famílias em UCs Federais (SISFAMÍLIAS), do Ministério do Meio Ambiente.

Os questionários levantam informações sobre: identificação dos membros das famílias; caracterização da área de moradia e de uso; educação e saúde; acesso a serviços; produção e comercialização; uso da terra e práticas de conservação; renda; e organização social, aspectos ambientais e relação com a gestão da UC. Logo, esta vivência permitiu um maior contato com a população local e seu modo de vida, além da percepção de alguns dos conflitos enfrentados. Na figura 4, tem-se a aplicação de um questionário em uma família residente na comunidade de Guarajubal, no interior da RESEX.

Figura 4: Aplicação de um questionário com uma família que habita a comunidade de Guarajubal.



Concluída esta etapa, os arquivos das entrevistas de cada um dos tablets utilizados são enviados à sede do ICMBio em Brasília, para serem tabulados. Concluída a tabulação, estes dados serão novamente enviados ao representante do ICMBio na RESEX.

Do total de 32 comunidades que compõem a RESEX Marinha Mestre Lucindo, 23 delas foram visitadas durante o processo de levantamento do perfil de famílias

beneficiárias. Isto se deve ao fato de que, infelizmente, os recursos financeiros disponíveis para esse processo foram insuficientes para abranger todas as comunidades. Porém, moradores de comunidades em que o levantamento ainda não foi realizado, bem como moradores de localidades já visitadas que, por alguma razão não puderam responder aos questionários, não serão prejudicados. Ambos poderão procurar um representante do ICMBio e solicitar a realização da entrevista. Isto é possível após os dados retornarem de Brasília.

O quarto e último momento das visitas a campo foi a participação no monitoramento de pescada, processo também promovido pelo ICMBio. Esta vivência foi importante para verificar as precárias condições de trabalho dos pescadores, bem como os conflitos verificados neste contexto.

Por considerar as dimensões territoriais da RESEX, bem como a limitação quanto à destinação de verbas para a fiscalização contínua, este processo, também promovido pelo ICMBio, teve o objetivo de trazer um curso de monitoramento do pescada para a população, e assim estimular o monitoramento autônomo, isto é, fazer com que a própria população local atue como fiscal desta atividade. A figura 5 apresenta duas moradoras da Vila de Camará, também no interior da RESEX, realizando monitoramento de pescada em embarcações que trafegavam pela Praia do Lembe.

Figura 5: Moradoras da Vila de Camará durante ação de monitoramento de pescada, na Praia do Lembe.



Por fim, o último instrumento metodológico utilizado foi a realização de entrevistas com membros do Conselho Deliberativo e com moradores de seis comunidades. A partir destas entrevistas, foi possível verificar os conflitos socioambientais presentes e os sujeitos sociais envolvidos. Tais resultados foram sintetizados e dispostos nos quadros 1 e 2, respectivamente, apresentados no próximo tópico deste artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De posse das informações coletadas a partir da utilização dos instrumentos metodológicos, foi possível detectar os principais conflitos socioambientais existentes na RESEX. Primeiramente, foram realizadas entrevistas com membros do Conselho Deliberativo da RESEX. As entrevistas consistiram em duas perguntas:

- Quais os principais conflitos socioambientais existentes na RESEX?
- Quais as instituições ou órgãos você procura para lidar com esses conflitos?

As respostas destas entrevistas estão dispostas no quadro 1 a seguir.

Quadro 1: Entrevistas realizadas com os conselheiros da RESEX Marinha Mestre Lucindo.

Nome dos Entrevistados	Instituição/ Polo que representa	Quais os principais conflitos socioambientais existentes na RESEX?	Quais as instituições ou órgãos você procura para lidar com esses conflitos?
Lídia Amorim	ICMBIO	Dificuldade de comunicação (devido a distância entre os polos); Falta de capacitação da sociedade; Conflitos de interesses (algumas vezes por questões políticas).	SEMMA EMATER-PA
Ilma Martins	Instituto Muirapinima	Degradação dos mangues (corte de madeira); Resíduos sólidos (falta de consciência ambiental, ausência de coleta seletiva e de práticas de reutilização); Pesca predatória; Queimadas.	Ministério Público Secretaria de Pesca Delegacia
Edmilson da Silva	Câmara de Vereadores	Falta de conscientização dos turistas, moradores e donos de estabelecimentos.	Instituto Muirapinima SEMMA
Milson do Espírito Santo Araújo	Polo 7	Extração predatória do caranguejo; Pesca predatória; Queimadas.	EMATER AUREMLUC
Paulo Faiad	ICMBIO	Desmatamento; Fiscalização ineficiente da pesca.	ICMBIO Polícia

Marco Antônio Borges Fernandes	Polo 5	Desmatamento; Resíduos sólidos; Degradação dos mangues.	AUREMLUC SEMMA ICMBIO
José Roberto Garcia de Moraes	AUREMAG	Desmatamento; Pesca predatória; Resíduos sólidos; Degradação dos mangues.	ICMBIO Ministério Público
Luiz Guttemberg de Campos Silva	AUREMLUC	Desmatamento; Pesca predatória; Degradação dos mangues.	ICMBIO SPU SEMMA
Sandra Regina Pereira Gonçalves	CONFREM	Pesca predatória; Degradação dos mangues; Problemas fundiários; Conflitos entre pescadores pela falta de delimitação física da RESEX.	Procuradoria Federal ICMBIO Polícia Federal
Nilma Botelho	Polo da Juventude	Desmatamento; Resíduos sólidos; Pesca predatória.	SEMMA ICMBIO
Wilson Castro Rodrigues	EMATER-PA	Problemas fundiários; Desmatamento; Ocupação desordenada; Resíduos sólidos; Pesca predatória.	SEMMA ICMBIO
Francinete de Almeida Pessoa	Polo 1	Problemas fundiários; Desmatamento; Queimadas; Degradação dos mangues.	ICMBIO Procuradoria Federal SEMMA SPU
Maria de Deus Ferreira Guimarães (suplente)	Instituto Bebê Naiff	Pouca divulgação da RESEX	Não soube responder
Patrícia Bentes Monteiro	Colônia de Pescadores	Pesca predatória; Queimadas; Assoreamento de corpos hídricos; Poluição sonora.	SEMMA ICMBIO
Bruno Barbosa Iespa	CEPNOR-PA	Falta de regulamentação na área pesqueira; Falta de conhecimento da população sobre a RESEX.	ICMBIO IBAMA SEMMA Polícia Militar
Rosália Furtado Cutrim Souza	UFRA	Pesca predatória.	ICMBIO SEMMA IBAMA Ministério Público

Logo, verificou-se que, de acordo com os conselheiros, os principais conflitos socioambientais citados foram: a pesca predatória (56,25%); o desmatamento (43,75%); a degradação dos mangues (37,5%); a destinação inadequada de resíduos sólidos (31,25%); as queimadas (25%); e os conflitos fundiários (18,75%). As instituições mais apontadas pelos conselheiros para lidar com estes conflitos foram: ICMBio (68,75%); SEMMA (56,25%); Ministério Público e Polícia (18,75%); EMATER, SPU e AUREMLUC (12,5%); e Instituto Muirapinima e Secretaria de Pesca (6,25%).

As mesmas entrevistas também foram realizadas com moradores de seis comunidades da RESEX. As respostas estão apresentadas no quadro 2, a seguir.

Quadro 2: Entrevistas realizadas com moradores de seis comunidades da RESEX Marinha Mestre Lucindo.

Entrevistado	Comunidade	Quais os principais conflitos socioambientais existentes na RESEX?	Quais as instituições ou órgãos você procura para lidar com esses conflitos?
E1	Guarajubal	Queimadas	IBAMA Polícia Militar
E2	Guarajubal	Resíduos sólidos; Queimadas	ICMBio
E3	Vista Alegre	Acidentes causados pelas lanchas de praticagem	ICMBio
E4	Vista Alegre	Acidentes causados pelas lanchas de praticagem	IBAMA
E5	Vista Alegre	Acidentes causados pelas lanchas de praticagem Pesca predatória	Polícia Militar IBAMA
E6	Arapijó	Degradação dos mangues	IBAMA ICMBio
E7	Arapijó	*Não soube responder	SEMMA
E8	Arapijó	Resíduos sólidos	SEMMA
E9	Arapijó	Resíduos sólidos	SEMMA IBAMA
E10	Crispim	Falta de conscientização dos turistas	Prefeitura
E11	Marudá	Resíduos sólidos	Colônia de Pescadores
E12	Marudá	Resíduos sólidos	Prefeitura
E13	Marudá	Pesca predatória; Resíduos sólidos; Falta de conscientização dos turistas	IBAMA Prefeitura Colônia de Pescadores
E14	Marudá	Queimadas; Pesca predatória	Prefeitura
E15	Marudá	*Não soube responder	SEMMA
E16	Sol da Manhã	Queimadas	SEMMA
E17	Sol da Manhã	Queimadas	IBAMA
E18	Sol da Manhã	Resíduos sólidos	SEMMA

Para os moradores, os principais conflitos citados foram: a destinação inadequada de resíduos sólidos (38,88%); queimadas (27,77%); acidentes causados pelas lanchas de praticagem e pesca predatória (16,66%); e degradação dos mangues (5,55%). Quanto às instituições para tentar lidar com estes conflitos, os moradores citaram: IBAMA (38,88%); SEMMA (33,33%); Prefeitura (22,22%); ICMBio (16,67%); e Polícia e Colônia de Pescadores (11,11%).

Canto et al. (2020), em uma pesquisa sobre o uso de redes para a análise de conflitos nesta RESEX, verificaram, também por meio de entrevistas com moradores locais, que existe grande centralidade entre o ICMBio e a AUREMLUC, sendo estas as entidades mais citadas pelos entrevistados. Os autores ressaltam que isto revela pouca interação entre as demais instituições envolvidas, podendo interferir sobre as demais inter-relações entre os demais sujeitos sociais.

Desse modo, a partir destas entrevistas e das observações em campo, foi possível verificar os principais conflitos existentes na RESEX. Embora o objeto de estudo aqui proposto seja os conflitos socioambientais, é pertinente identificar as demais tipologias de conflitos manifestados no território. Assim como em estudos de Canto et. al (2017; 2018), estes conflitos foram separados de acordo com a tipologia e distribuídos no quadro 3 a seguir, sendo eles: operacionais, socioambientais e de outras ordens. Os conflitos operacionais são aqueles relacionados aos processos de gestão da RESEX, e os conflitos de outras ordens estão mais associados a demandas externas.

Quadro 3: Tipologias dos conflitos existentes na RESEX Marinha Mestre Lucindo.

CONFLITOS OPERACIONAIS DA RESEX MARINHA MESTRE LUCINDO
Conflito gerado pela falta de informação
Conflito gerado pela fragilidade da logística governamental para execução de trabalhos na RESEX
Conflito gerado pela implementação do NGI (Núcleo de Gestão Integrada) em todas as UCs do Salgado Paraense
Conflito gerado pela multiplicidade de interesses de membros do Conselho Deliberativo
Conflito gerado pela falta de delimitação física ao longo da área da RESEX
Conflito gerado pela falta de regularização fundiária
Conflito gerado pela falta de comunicação entre as comunidades da RESEX
Conflito gerado pela fragilidade da relação Universidades/RESEX
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA RESEX MARINHA MESTRE LUCINDO
Conflito gerado pela pesca predatória
Conflito gerado pela disposição inadequada de resíduos sólidos próximo de mananciais
Conflito gerado pela disposição inadequada de resíduos sólidos nos manguezais
Conflito gerado pela falta de saneamento básico
Conflito gerado pela extração de madeira nas áreas de mangue, além das áreas de terra firme
Conflito gerado pelo desrespeito do período do defeso do caranguejo
Conflito gerado pela degradação antrópica dos manguezais
Conflito gerado pelas queimadas e ao desmatamento
Conflito gerado pelo assoreamento antrópico de rios e igarapés
Conflito gerado pelo acúmulo de resíduos sólidos em rios e igarapés
Conflito gerado pela extração predatória de caranguejo
Conflito gerado pelas práticas de turismo desordenado
CONFLITOS DE OUTRAS ORDENS DA RESEX MARINHA MESTRE LUCINDO
Conflito gerado pelos acidentes devido a lanchas de praticagem que passam em alta velocidade

Identificados os conflitos, é necessário comentar alguns deles. O conflito relacionado à falta de informação manifestou-se de duas principais maneiras: a primeira delas foi o desconhecimento da própria existência da RESEX por uma parte da população; e pela desconfiança de alguns moradores em relação a órgãos ambientais, os quais são encarados apenas como aplicadores de multas e sanções.

Quanto ao conflito relacionado à falta de regularização fundiária, Santos et al. (2020), em uma pesquisa a respeito dos conflitos socioambientais existentes na Vila de Camará, a qual é uma das comunidades que compõem a RESEX, os autores ressaltam que os conflitos fundiários são bastante intensos, a ponto de gerar ameaças de morte. Além disso, o medo dos moradores locais tornou-se expresso quando os pesquisadores pediram permissão para registrar as conversas em gravadores, e vários moradores recusaram.

Tem-se ainda o conflito relacionado à implementação do NGI em todas as UCs do Salgado Paraense. Esta nova modalidade de gestão no Salgado Paraense foi estabelecida por meio da Portaria nº 120/2020. Trata-se de uma nova modalidade de gestão do ICMBio, que extingue o cargo de gestor da RESEX, substituindo-o por uma equipe de sete técnicos especializados em uma das seguintes áreas temáticas: proteção, gestão socioambiental, uso público, regularização fundiária, licenciamento, administração e monitoramento.

Esta equipe atuará em todas as sete UCs do Salgado Paraense. Logo, já é possível verificar alguns conflitos como desdobramentos. O primeiro deles é a dificuldade de estabelecer uma maior proximidade entre os técnicos do ICMBio e a população, pois agora em vez de uma gestora, até então na figura da senhora Lídia Martins, a RESEX passará a ser administrada por sete técnicos, além do Conselho já existente. Outro embate será a logística, visto que cada técnico será responsável não apenas por uma, mas pelas outras sete UCs. Desse modo, a possibilidade de desaceleração de processos pode ser intensificada de acordo com as condições das estradas e rodovias comuns ao acesso entre as UCs.

Por fim, o conflito relacionado à fragilidade da relação Universidades/RESEX refere-se ao fato de que, embora a participação das Universidades em atividades na RESEX seja permitida e estimulada principalmente por funcionários do ICMBio, além de que as Universidades também demonstram-se interessadas em colaborar, verifica-se que a procura por este setor ainda é escassa, conforme pode ser observado nas

respostas dos entrevistados, os quais em nenhum momento mencionaram as Universidades como opção de instituição a ser procurada para lidar com conflitos.

Logo, nota-se que a maioria dos conflitos verificados na RESEX Marinha Mestre Lucindo pertence à tipologia socioambiental e apresentam como centralidade o uso e apropriação de recursos naturais.

CONCLUSÃO

A existência de UCs que abrigam populações configura-se como um grande avanço, pois não só admite os seres humanos como parte constituinte do meio ambiente, como também atesta ser uma ótima ferramenta de conservação do meio. Entretanto, dadas as condições diferenciadas de uso e acesso aos recursos naturais em UCs, o comportamento dessas populações deve ser norteado por uma maior conscientização e senso de cooperação entre todas as partes envolvidas.

E ainda, após todas as vivências em campo, além das reflexões e discussões aqui dispostas, foi possível concluir que a realidade socioambiental da RESEX Marinha Mestre Lucindo está permeada por conflitos majoritariamente relacionados aos diferentes interesses dos usuários locais e externos no processo de apropriação dos recursos naturais. Foram identificadas três tipologias de conflitos, sendo eles: operacionais, socioambientais e de outras ordens.

Os conflitos operacionais da RESEX derivam da baixa difusão de informação e da gestão assimétrica do território. Já os conflitos de outras ordens resultam da condução de lanchas em alta velocidade, responsável por causar acidentes. Por fim, os entrevistados apontaram como principais conflitos a pesca predatória e a destinação inadequada de resíduos sólidos.

Entretanto, ressalta-se aqui que os conflitos não devem ser interpretados meramente como elementos limitantes ao desenvolvimento. Pelo contrário: os conflitos representam, antes de tudo, a geração de novas possibilidades de análise e compreensão da realidade, além de novas alternativas de intervenção local.

Afinal, vale ressaltar que, não fossem os conflitos entre seringueiros e grandes fazendeiros do Acre, provavelmente não haveria espaço para refletir sobre a criação de UCs que não só permitissem a existência de populações em seu interior, como também aliar a conservação do meio ambiente à garantia de reprodução do modo de vida extrativista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2000.

BRITO, D. M. C. Conflitos socioambientais na gestão de unidades de Conservação: o caso da reserva biológica do lago Piratuba/AP. 375f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Amapá, 2010.

CANTO, O. Mineração na Amazônia: assimetria, território e conflito socioambiental. Belém: NUMA/UFPA, 2016.

CANTO, O. et al. Uso de redes na análise de conflito socioambiental e gestão do território na RESEX Mãe Grande de Curuçá/PA. *In*: SILVA, C. N.; LIMA, R. A. P., SILVA, J. M. P. (Org.) Territórios, ordenamentos e representações na Amazônia. 1. ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2017.

CANTO, O. et al. Conflitos socioambientais e gestão do território em Unidades de Conservação na Zona Costeira do Estado do Pará-Amazônia-Brasil. *In*: SILVA, C. N.; OLIVEIRA NETO, A. C.; SOBREIRO FILHO, J. Perspectivas e análises do espaço geográfico: dinâmicas ambientais e uso dos recursos naturais. Belém: GAPTA/UFPA, 2018. v. 1, p. 87-114.

CANTO, O. et al. Uso de redes na análise de conflito socioambiental e de gestão do território, na RESEX Marinha "Mestre Lucindo", Marapanim/PA. *In*: SILVA, C. N.; ROCHA, G. M.; SILVA, J. M. P. (Org.) O Espaço geográfico amazônico em debate: dinâmicas territoriais e ambientais. Belém: GAPTA/UFPA, 2020.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Estudo Socioambiental Referente à Proposta de Criação da Reserva Extrativista Marinha no Município de Marapanim, Estado do Pará. Brasília: ICMBIO, 2014.

_____. Portaria nº 120, de 13 de fevereiro de 2020. Institui o Núcleo de Gestão Integrada – ICMBio Salgado Paraense, como um arranjo organizacional para gestão territorial integrada de Unidades de Conservação federais, no âmbito do Instituto Chico Mendes - ICMBio (processo SEI n. 02070.001141/2020-01). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 fev. 2020. p. 88.

LIMA, M. A. J. Uso de plantas medicinais na RESEX Marinha Mestre Lucindo: uma forma de diversificar a atividade extrativista local? Dissertação (Mestre em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 106f. 2018.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. *In*: BARTHOLO JR, R.; MOTA, C. R.; BERNARDO, M.; KLINK, C. A.; NASCIMENTO, E. P.; LITTLE, P. E.; DRUMMOND, J. A.; FROTA, I.; VIANNA, J. N. S.; BURSZTYN, M. (Org.). A difícil sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

_____. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. UNB: Série Antropologia, 2002.

SANTOS, M. O papel ativo da geografia: um manifesto. *In: Encontro Nacional de Geógrafos*, 12 jul. 2000, Florianópolis. Anais... Florianópolis: Editora, 2000. p.103-109.

_____. O retorno do território. *Observatório Social de América Latina*, Buenos Aires, ano 6, n. 16, p.1-12, jun. 2005.

_____. O dinheiro e o território. *In: SANTOS, M. et al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 3ª edição, 2007. p. 13-21.

_____. O território do dinheiro. *In: SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 20ª edição, 2011, p. 96-104.

SANTOS, M. C. et al. Conflito e gestão ambiental na zona costeira amazônica: O caso da vila do Camará, Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Mestre Lucindo, Marapanim – Pará – Amazônia – Brasil. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 6, n. 3, p.15607- 15617, 2020.

SIMMEL, Georg. A Natureza Sociológica do Conflito. *In: Sociologia*. Org.: Evaristo de Moraes Filho; [tradução de Carlos Alberto Pavanelli et al.]. São Paulo: Ática, 1983.

ARTIGO 2 - GESTÃO COMPARTILHADA E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O CASO DA RESEX MARINHA MESTRE LUCINDO, EM MARAPANIM-PA

RESUMO

O presente artigo trata dos limites verificados ao longo dos processos que compreendem a gestão compartilhada na Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Mestre Lucindo, levando em consideração os conflitos socioambientais existentes. A RESEX foi criada em 2014, é gerenciada por um Conselho Deliberativo e ainda não conta com um plano de manejo implementado. Desse modo, a criação ainda recente da RESEX permite a realização de análises que englobem as fases embrionárias da gestão. E com vistas a alcançar este propósito, foi necessário adotar as seguintes etapas metodológicas: levantamento bibliográfico-documental; trabalhos de campo; realização de entrevistas; participação em reuniões do Conselho Gestor da RESEX; participação em oficinas de Cartografia Participativa na RESEX, realizadas pelo Grupo de Pesquisa Sociedade-Ambiente das Amazônias (GPSA-Amazônias); participação nos levantamentos sobre o perfil das famílias beneficiárias da RESEX, e nas atividades de monitoramento do pescado, realizadas pelo Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio); e realização de registros fotográficos. A metodologia empregada possibilitou identificar as inter-relações estabelecidas entre os conselheiros, bem como os conflitos socioambientais relatados por eles, e os limites da gestão compartilhada. As entrevistas, em especial, foram direcionadas aos conselheiros, e permitiram identificar os principais conflitos socioambientais existentes na RESEX a partir da perspectiva destes. O trabalho constatou que os limites existentes na gestão compartilhada da RESEX são: ineficiência do sistema de informação entre a maioria dos conselheiros, baixo grau de participação da população, dificuldade de mediação relativa aos interesses dos membros do Conselho Deliberativo, comunicação frágil entre as comunidades da RESEX e a implantação do Núcleo de Gestão Integrada (NGI).

Palavras-chave: Gestão compartilhada. Conflitos socioambientais. Reserva extrativista.

ABSTRACT

This article deals with the problems verified throughout the processes that comprise the shared management in the Marine Extractive Reserve (RESEX) Mestre Lucindo, taking into account the existing socio-environmental conflicts. RESEX was created in 2014, is managed by a Deliberative Council and does not yet have an implemented management plan. Thus, the still recent creation of RESEX allows analyzes to be carried out that encompass the embryonic stages of management. And in order to achieve this purpose, it was necessary to adopt the following methodological tools: bibliographical and documentary survey; field work; conducting interviews; participation in meetings at RESEX Management Council; participation in Participatory

Cartography workshops at RESEX, carried out by the Amazon Society-Environment Research Group (GPSA-Amazônias); participations in surveys about the profile of families benefiting from RESEX, and in fish monitoring activities, carried out by the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation (ICMbio); and making photographic records. The methodology employed made it possible to identify interrelationships between the counselors, as well as the socio-environmental conflicts reported by them, and the limits of shared management. The interviews, in particular, were addressed to the counselors, and allowed to identify the main socio-environmental conflicts existing in RESEX from their perspective. The work found that the limits existing in the shared management of RESEX are: inefficiency of the information system among the majority of the councilors, low degree of participation of the population, difficulty in mediating in relation to the interests of the members of the Deliberative Council, fragile communication between the communities of the RESEX and the implementation of the Integrated Management Center (NGI).

Key words: Co-management. Socio-environmental conflicts. Extractive reserve.

INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos, foram criadas diversas ferramentas de incentivo à participação social durante o desenvolvimento de importantes atividades e processos, evocando a sociedade a se tornar protagonista, e atribuindo voz a grupos historicamente marginalizados pelas políticas de desenvolvimento socioterritorial. Com isso, estes grupos não só assumem responsabilidades, como também demandam a garantia por seus direitos, influenciando os atuais e futuros acontecimentos de maneira ativa no decorrer de sua história.

Ao focar a referência empírica deste trabalho, verifica-se um acontecimento basilar para a consolidação do cenário atual: o Movimento dos Seringueiros, nos anos 1970. Este foi o prelúdio de uma base de organização local que se fortaleceu e logrou várias conquistas, dentre elas a concessão de terras à população cabocla pelo governo federal; a definição legal das Reservas Extrativistas (RESEX) em 1990; o pioneirismo de ser a primeira categoria de Unidade de Conservação (UC) a permitir a inclusão de pessoas em seu território (BECKER, 2009); além de ter sido a primeira tipologia de UC a ser criada como resultado de demandas sociais, e ter precedido a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o qual foi instituído 10 anos depois pela Lei nº 9.985/2000.

Neste sentido, é possível afirmar que os sucessos obtidos pela luta do Movimento Seringueiro representam a fase embrionária da gestão compartilhada no

contexto amazônico, que suscitou grandes avanços na mobilização e participação popular nas políticas de ação territorial. Desse modo, o principal instrumento de ação e empoderamento social da gestão compartilhada é o Conselho Deliberativo. Conforme dispõe o segundo parágrafo do Artigo 18º da Lei nº 9.985/2000, cada RESEX deve ser gerenciada por um Conselho Deliberativo, que deve ser formado por “representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área”.

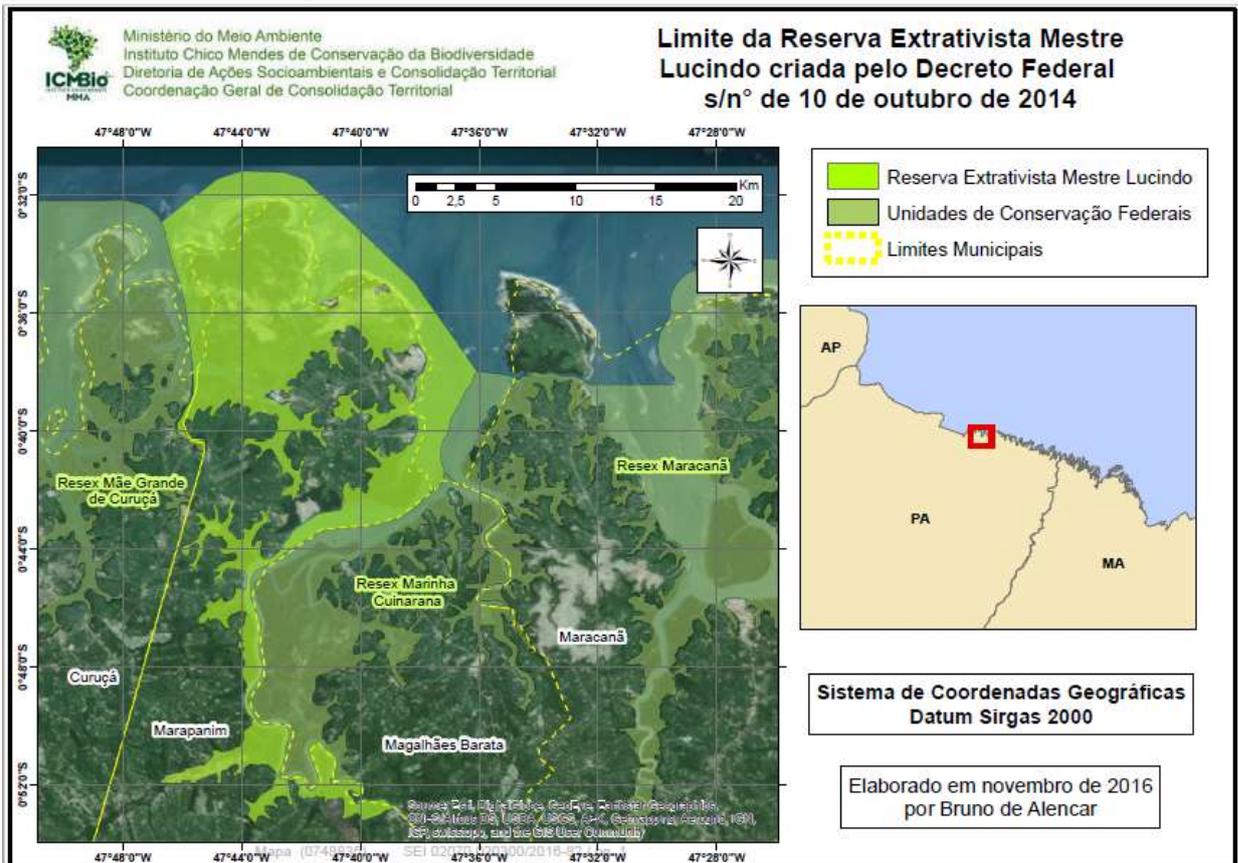
Todavia, é válido ressaltar que, assim como a gestão compartilhada conta com diversos atributos, esta mesma conjuntura também é permeada por conflitos. Isto se deve não apenas à diversidade de sujeitos sociais em atuação, como também à própria realidade local, pois é importante considerar que, dadas as particularidades e contradições presentes no contexto local, os conflitos socioambientais existentes podem interferir sobre o processo de gestão compartilhada. As análises se tornam ainda mais complexas ao considerar que a gestão compartilhada em RESEX Marinhas envolve o manejo de recursos de uso comum, com destaque para os recursos pesqueiros.

Buckles e Rusnak (2000) indicam que há várias fontes de conflitos na gestão de recursos de uso comum, enfatizando quatro pontos fundamentais. O primeiro ponto refere-se ao fato de que os recursos estão interligados, de modo que as ações de um indivíduo ou grupo podem afetar áreas muito distantes do ponto diretamente afetado. O segundo ponto trata da alta desigualdade quanto ao poder de barganha entre os sujeitos sociais envolvidos nos processos de apropriação e gestão de recursos, o que significa que os sujeitos que detêm maior poder de barganha são, conseqüentemente, os que possuem as maiores chances de controlar as decisões em benefício próprio. O terceiro ponto diz respeito à escassez dos recursos devido à rapidez das transformações ambientais, o crescimento da demanda e à distribuição irregular da riqueza obtida. O quarto e último ponto trata dos verdadeiros usos dos recursos, que somente tornam-se compreensíveis ao considerar as variáveis sociais e culturais.

Nesta perspectiva, outros estudos apontam que a devida compreensão das funções dos membros dos Conselhos Deliberativos, bem como a efetiva articulação entre eles são os maiores desafios da gestão compartilhada de UCs (MARÇAL, 2019; CUNHA, 2010; ICMBio, 2014).

A área de estudo desta pesquisa é a RESEX Marinha Mestre Lucindo, situada na zona costeira paraense, mais precisamente no município de Marapanim. A RESEX foi criada por meio do Decreto Federal sem número de 10 de outubro de 2014, contando com uma área de aproximadamente 26.000 hectares. Abaixo, tem-se o mapa 2, representando a localização da RESEX.

Mapa 2: Limites da RESEX Marinha Mestre Lucindo.



Fonte: ICMBio, 2014.

Deste modo, o objetivo deste trabalho foi identificar os limites da gestão compartilhada da RESEX Marinha Mestre Lucindo, considerando os conflitos socioambientais existentes.

REFERENCIAL TEÓRICO

A verdadeira compreensão a respeito de uma temática requer a reflexão sobre termos norteadores da discussão, com vistas a construir bases teóricas capazes de fundamentar análises e argumentações.

A gestão compartilhada é o conceito central deste trabalho. Também denominada de cogestão, é definida por Jentoft (2003, p. 3) como “um processo colaborativo e participativo de tomada de decisões regulatórias entre os representantes dos grupos de usuários, agências governamentais, instituições de pesquisa, e outras partes interessadas”. O mesmo autor afirma também que a essência da gestão compartilhada reside nos seguintes princípios: democracia, transparência, responsabilidade e sustentabilidade.

Nesta perspectiva, Torrecilha (2013) compreende que, por meio da gestão compartilhada, se estabelece integração e cooperação entre os mais diversos entes, do local ao internacional, no intuito de estimular a representatividade dos vários segmentos envolvidos, de modo a garantir qualidade ambiental e urbana necessárias para manter e melhorar a qualidade de vida e o uso sustentável dos recursos naturais.

Os moldes da gestão compartilhada de RESEX Marinhas permitem a inserção de normas que considerem as tradições e hábitos locais, bem como imponham penalidades pela desobediência das diretrizes locais. E ainda, como consequência do processo de reconhecimento de instituições formais, cresce a participação comunitária durante a gestão e monitoramento de recursos naturais, fazendo com que sejam reduzidas tanto as despesas de fiscalização como a aplicação de multas (JENTOFT, 1989; HANNA, 1998; COSTA, 2018).

Desse modo, as comunidades, dotadas de autoridade e responsabilidade, além de se demonstrarem participativas durante os processos relacionados à gestão, se tornam então empoderadas, com voz e voto. E ao focar as comunidades da área de estudo, tem-se o Conselho Deliberativo da RESEX Marinha Mestre Lucindo como principal instrumento capaz de prover o empoderamento social. Neste trabalho, o empoderamento social é compreendido de acordo com Sousa et al. (2017), como sendo a disposição de participar e assumir papéis responsáveis por conferir comprometimento político para acompanhar e gerenciar problemas, a fim de aprimorar as condições de vida de maneira coletiva.

Outro conceito fundamental neste artigo é o de conflitos socioambientais. Estes, segundo Little (2001), são disputas entre diversos grupos sociais, os quais estabelecem diferentes relações com o meio. Estes embates possuem como principal motivação o controle sobre os recursos naturais. E ainda, se assume aqui a premissa defendida por Simmel (1983), o qual interpreta os conflitos como “sociação”, isto é,

como uma forma de interação entre os indivíduos. Isto significa que o conflito é interpretado como internalidade, sendo um fator intrínseco ao convívio humano em sociedade, fazendo parte do chamado “tecido social”.

Logo, ao estabelecer esta condição, a ideia de resolução de conflitos já não faz parte da análise aqui proposta, já que conforme Little (2001), o fim de um conflito requer a eliminação de todas as suas origens. Entretanto, há maneiras de lidar com esta conjuntura, a partir da mediação de conflitos. Neste ponto da reflexão, cabe uma ressalva: apesar de que os conflitos sejam historicamente encarados como aspectos negativos, muitos autores enveredam pela noção de conflitos como sinônimos de geradores de novas possibilidades, capazes de criar novos cenários de atuação. Um desses autores é Canto (2016, p. 331), o qual aponta que para alcançar um desenvolvimento local sustentável, é fundamental “criar mecanismos de oportunidades para o acesso democrático aos recursos e aos seus benefícios”.

Neste sentido, a gestão compartilhada da RESEX Marinha Mestre Lucindo conta com a participação de diversos sujeitos sociais, e conseqüentemente, parte das interações entre eles é conflituosa. Os embates verificados compõem um rico e complexo cenário, fértil para análises, reflexões e proposições de novas técnicas de mediação.

METODOLOGIA

No intuito de alcançar o objetivo aqui apresentado, tornou-se necessário determinar algumas etapas metodológicas, como levantamento bibliográfico-documental, observação de campo, realização de entrevistas e registros fotográficos.

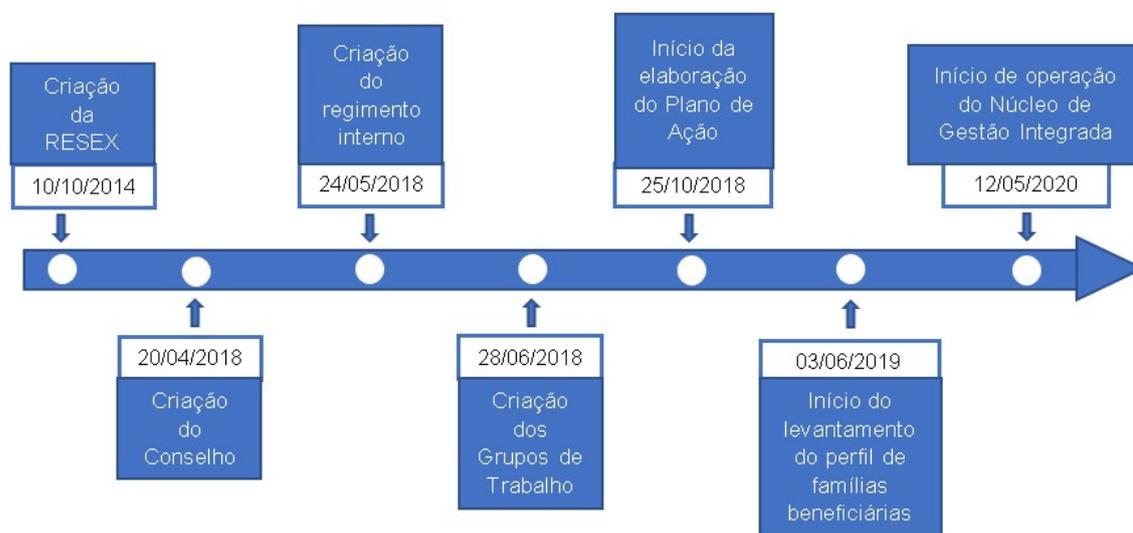
Área de estudo

A RESEX Marinha Mestre Lucindo está localizada no município de Marapanim, no Nordeste paraense. Foi instituída pelo Decreto Federal sem número, de 10 de outubro de 2014, e quatro anos depois foi criado o Conselho Deliberativo da RESEX, por meio da Portaria nº 270/2018.

A RESEX apresenta uma área de mais de 26 mil hectares, e é formada por 32 comunidades que são agrupadas em oito polos. O polo 1 ou polo Camará é composto pelas comunidades de Camará, Crispim, Bacuriteua e Retiro; polo 2 ou polo Marudá é formado por Marudá, Recreio, Sossego e Sol da Manhã; polo 3 ou polo Vista Alegre é composto por Vista Alegre, Itauaçu e Tamaruteua; polo 4 ou polo Araticum-

mirim é formado por Araticum-miri, Manhuteua, Livramento e Porto Alegre; o polo 5 ou polo Cidade ou polo Abacate é formado por Abacate, Barraca, Nova Aliança e Porto do Bugário; polo 6 ou polo Guarajubal é composto por Guarajubal, Juçateua, Arapijó e Canavial; polo 7 ou polo Igarapé-açu é formado por Igarapé-açu, Boa Esperança e Santana do Maú; e polo 8 ou polo Remanso é composto por Remanso, Maranhãozinho, Pedral, Cipoteua, Cruzeiro do Maú e Marudazinho. A seguir, tem-se a figura 6, a qual apresenta a cronologia de acontecimentos ligados ao processo de gestão da RESEX.

Figura 6: Sequência cronológica de eventos relacionados à gestão da RESEX Marinha Mestre Lucindo.



Instrumentos metodológicos

Nesta pesquisa, foram empregados os seguintes instrumentos metodológicos: levantamento bibliográfico-documental, realização de entrevistas e visitas a campo.

As entrevistas realizadas eram semi-estruturadas, e o público-alvo foi formado por conselheiros da RESEX. Com isto, foi possível identificar alguns dos conflitos socioambientais existentes e, conseqüentemente, alguns dos limites da gestão compartilhada. As informações coletadas nestas entrevistas se encontram no quadro 4, apresentado na seção referente aos resultados desta pesquisa.

As visitas a campo ocorreram em quatro diferentes momentos, e tiveram por função proporcionar a aproximação entre a pesquisadora, a população local e os conselheiros, além de permitir a observação direta de conflitos existentes. Entretanto,

cabe aqui mencionar que este trabalho não está associado aos resultados e/ou produtos gerados em qualquer uma destas visitas.

O primeiro momento consistiu de reuniões do Conselho Deliberativo da RESEX. Nestas ocasiões, foi possível verificar as mais diversas relações estabelecidas entre os conselheiros. Durante estes eventos, os conselheiros e todos os demais interessados se reúnem em local, data e horário previamente definidos, para discutir os temas contidos no ofício de convocação para a reunião. Também podem surgir outras questões relevantes no decorrer do evento. Os temas a serem debatidos se referem ao gerenciamento da RESEX, apresentações de atividades realizadas em parceria com outras instituições, além de possíveis conflitos. Abaixo, tem-se a figura 7, que ilustra uma das reuniões do Conselho Deliberativo da RESEX.

Figura 7: Reunião do Conselho Deliberativo da RESEX Marinha Mestre Lucindo.



O segundo momento do trabalho de campo foi a realização de oficinas de cartografia participativa, as quais foram proporcionadas pelo Grupo de Pesquisa Sociedade-Ambiente das Amazônias (GPSA). Este tipo de cartografia não é oficial, mas é uma forte ferramenta para conhecer o território por meio da visão dos habitantes locais. A partir desse instrumento, torna-se possível conhecer também os embates

existentes bem como alguns dos limites da gestão compartilhada. As fases desta etapa serão descritas a seguir.

Primeiramente, a equipe vai a campo e entra em contato com algum morador local, a fim de explicar do que se trata esta cartografia, as dinâmicas necessárias para sua realização e a utilidade desta ferramenta para a comunidade e para os gestores locais. Em seguida, o morador local se torna responsável por mobilizar a comunidade, convidando-a a participar do processo, com data, hora e local pré-definidos. No dia determinado, a equipe de pesquisadores retorna ao local e conversa com todos os presentes a respeito do significado desta cartografia, a metodologia do processo e a importância deste produto para a região.

Neste primeiro encontro com a comunidade, a equipe leva um mapa da cartografia oficial da comunidade em questão. Este mapa é estendido sobre uma mesa e os participantes são estimulados a identificar as áreas e seus respectivos usos do solo e os conflitos vivenciados no território. Aos poucos, as particularidades locais são evidenciadas. Ao fim deste processo, a equipe retorna para a universidade, e lá o mapa da cartografia participativa é confeccionado.

Este processo geralmente ocorre por mais de uma vez, com o objetivo de aprimorar cada vez mais as informações coletadas pela população local. A conclusão desta fase consiste na entrega do mapa em três vias impressas, em que uma via é disponibilizada à comunidade, uma via à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e uma ao representante do órgão gestor da RESEX. E em cada encontro com a comunidade, os pesquisadores reforçam a explicação sobre os pontos-chave do processo: do que se trata, para que serve e qual sua importância.

Este mesmo mapa é também cedido em meio digital, a fim de proporcionar um maior alcance dos resultados obtidos. Até o presente momento, estas oficinas já foram aplicadas na Vila do Camará e na ilha de Ituaçu, ambas situadas no interior da RESEX. A seguir, está representada na figura 8 a realização de uma oficina de cartografia participativa.

Figura 8: Realização de uma oficina de cartografia participativa na comunidade de Cajutuba.



E ainda, o terceiro momento em que ocorreram as visitas a campo se deu por meio da participação voluntária no processo de levantamento de beneficiários da RESEX, atividade realizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Este levantamento foi obtido pela aplicação de questionários contidos em *tablets* concedidos pelo Sistema de Informações das Famílias em UCs Federais (SISFAMÍLIAS), do Ministério do Meio Ambiente, com o objetivo de identificar e conhecer de modo mais detalhado as famílias extrativistas que habitam o território da RESEX.

Para isso, os questionários levantam informações como: identificação dos membros das famílias; caracterização da área de moradia e de uso; educação e saúde; acesso a serviços; produção e comercialização; uso da terra e práticas de conservação; renda; e organização social, aspectos ambientais e relação com a gestão da UC. Desse modo, com esta vivência, foi possível conhecer um pouco melhor a população local, seu modo de vida e sua perspectiva sobre alguns dos conflitos existentes. A partir disso, pode-se refletir e analisar a relação entre esses conflitos com alguns dos limites da gestão da RESEX. Abaixo, tem-se a figura 9, que demonstra a aplicação de um questionário em uma das famílias que residem na área da RESEX.

Figura 9: Aplicação de um questionário em uma família residente na comunidade de Crispim, no interior da RESEX Marinha Mestre Lucindo.



Por fim, o quarto e último momento em que ocorreram as visitas se deu por meio da participação da pesquisadora nas atividades do monitoramento do pescado, também promovido pelo ICMBio. Nesta vivência, foi possível verificar as precárias condições de trabalho dos pescadores, os conflitos envolvidos e algumas das limitações da gestão. Dada a grande extensão territorial da RESEX, bem como a limitação de recursos financeiros para a fiscalização contínua, este processo visou estimular uma maior participação da população por meio da estratégia de monitoramento autônomo do pescado, sendo esta uma das diversas atividades relacionadas à gestão da RESEX. Na figura 10 abaixo, é possível visualizar a realização desta atividade por duas moradoras locais.

Figura 10: Monitoramento de pescando sendo realizado por duas moradoras locais, na Praia do Lembe.



Durante todas estas visitas, foi realizada observação direta da ação cotidiana e pública, e foram feitos registros em relatos de campo, gravações de áudios e captura de imagens.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Conselho Deliberativo da RESEX é composto por representantes de associações comunitárias, como a Associação dos Usuários da RESEX Marinha Mestre Lucindo (AUREMLUC), a Central das Associações dos Usuários das Reservas Extrativistas Marinha do Litoral Paraense (CAUREM) e a Colônia de Pescadores; instituições de ensino como a Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal Rural do Pará (UFRA) e Instituto Federal do Pará (IFPA); órgãos de assistência rural, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER/PA); e a Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (CONFREM).

Em março de 2020, deveria ter ocorrido uma nova eleição para membros do Conselho Deliberativo, porém o processo foi adiado devido à pandemia causada pelo novo coronavírus.

Dentro do Conselho Deliberativo, é notável o engajamento durante a atuação da AUREMLUC, uma organização comunitária. A respeito disso, Canto et al. (2020)

também reconhecem esse protagonismo, principalmente devido a força da representatividade local. Essa Associação tem desenvolvido a função de mediadora entre as comunidades e os órgãos federais, porém pouco interagindo com os órgãos municipais.

No intuito de identificar os conflitos existentes na RESEX a partir da perspectiva dos sujeitos sociais envolvidos nos processos de gestão, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os membros do Conselho Deliberativo. As informações coletadas encontram-se dispostas no quadro 4 a seguir.

Quadro 4: Entrevistas realizadas com os conselheiros da RESEX Marinha Mestre Lucindo.

Nome dos Entrevistados	Instituição / Polo que representa	Quais os principais conflitos socioambientais existentes na RESEX?
Lídia Amorim	ICMBIO	Dificuldade de comunicação (devido a distância entre os polos); Falta de capacitação da sociedade; Conflitos de interesses (algumas vezes por questões políticas).
Ilma Martins	Instituto Muirapinima	Degradação dos mangues (corte de madeira); Resíduos sólidos (falta de consciência ambiental, ausência de coleta seletiva e de práticas de reutilização); Pesca predatória; Queimadas.
Edmilson da Silva	Câmara de Vereadores	Falta de conscientização dos turistas, moradores e donos de estabelecimentos.
Milson do Espírito Santo Araújo	Polo 7	Extração predatória do caranguejo; Pesca predatória; Queimadas.
Paulo Faiad	ICMBIO	Desmatamento; Fiscalização ineficiente da pesca.
Marco Antônio Borges Fernandes	Polo 5	Desmatamento; Resíduos sólidos; Degradação dos mangues.
José Roberto Garcia de Moraes	AUREMAG	Desmatamento; Pesca predatória; Resíduos sólidos; Degradação dos mangues.
Luiz Guttemberg de Campos Silva	AUREMLUC	Desmatamento; Pesca predatória; Degradação dos mangues.
Sandra Regina Pereira Gonçalves	CONFREM	Pesca predatória; Degradação dos mangues; Problemas fundiários; Conflitos entre pescadores pela falta de delimitação física da RESEX.
Nilma Botelho	Polo da Juventude	Desmatamento; Resíduos sólidos; Pesca predatória.

Wilson Castro Rodrigues	EMATER-PA	Problemas fundiários; Desmatamento; Ocupação desordenada; Resíduos sólidos; Pesca predatória.
Francinete de Almeida Pessoa	Polo 1	Problemas fundiários; Desmatamento; Queimadas; Degradação dos mangues.
Maria de Deus Ferreira Guimarães (suplente)	Instituto Bebê Naiff	Pouca divulgação da RESEX
Patrícia Bentes Monteiro	Colônia de Pescadores	Pesca predatória; Queimadas; Assoreamento de corpos hídricos; Poluição sonora.
Bruno Barbosa Iespa	CEPNOR-PA	Falta de regulamentação na área pesqueira; Falta de conhecimento da população sobre a RESEX.
Rosália Furtado Cutrim Souza	UFRA	Pesca predatória.

Desse modo, constatou-se que, de acordo com os conselheiros, os principais conflitos socioambientais existentes na RESEX são: pesca predatória, degradação dos mangues e conflitos fundiários. A identificação destes conflitos é fundamental para o início das reflexões e análises acerca dos problemas da gestão compartilhada da RESEX.

E ainda, em uma pesquisa desenvolvida por Santos et al. (2020), a qual versa sobre os conflitos socioambientais verificados na Vila de Camará, os autores citam que os principais conflitos são: pesca predatória, falta de regularização fundiária, além de destinação inadequada de resíduos sólidos na Praia do Lembe.

Desse modo, com todo o conhecimento adquirido a partir das vivências anteriormente relatadas, foi possível identificar os limites presentes no contexto da gestão compartilhada da RESEX, os quais estão sintetizados no quadro 5 a seguir.

Quadro 5: Limites da gestão compartilhada na RESEX Marinha Mestre Lucindo.

LIMITES DA GESTÃO COMPARTILHADA NA RESEX MARINHA MESTRE LUCINDO
Baixa instrução dos conselheiros
Falta de informação
Baixo grau de participação da população
Multiplicidade de interesses de membros do Conselho Deliberativo
Comunicação frágil entre as comunidades da RESEX
Implantação do Núcleo de Gestão Integrada (NGI)

➤ Sobre a baixa instrução de alguns conselheiros, cabe aqui salientar o reconhecimento e a valorização da riqueza de conhecimentos tradicionais que tanto contribuem para o saber científico. Entretanto, o baixo nível de escolarização torna-os mais suscetíveis a propostas mal-intencionadas.

Exemplo disso foi o discurso de representantes da Companhia Elétrica do Pará (CELPA) durante reunião do Conselho Deliberativo ocorrida em 24 de setembro de 2018. Na ocasião, os representantes mencionaram que no âmbito do Programa “Luz Para Todos”, a concessionária estaria interessada em implantar postes de iluminação pública em localidades que ainda não possuíam energia elétrica.

Inicialmente, houve uma grande euforia ante a essa proposta, principalmente por moradores de algumas dessas comunidades. Entretanto, o professor Otávio do Canto, como então conselheiro da RESEX, pediu cautela, e solicitou documentos da licitação, a fim de apreciar o material com maior atenção.

Um tempo depois, na reunião de 10 de outubro de 2019, da CELPA, foi relatado que funcionários do ICMBio entraram em contato com a diretoria de Brasília e passou a ter conhecimento de que o licenciamento das obras seria realizado pelo IBAMA. E, ao saber disso, a CELPA declarou ter desistido do processo.

➤ Quanto à falta de informação, este aspecto refere-se a duas situações verificadas ao longo das atividades desenvolvidas na RESEX. A primeira delas é o desconhecimento da própria existência da RESEX por moradores de algumas comunidades. O ponto interessante a ser ressaltado aqui é que, devido a esse desconhecimento, esta parcela da população torna-se passível a adotar certos comportamentos que não são permitidos em UCs. E a segunda situação é a falta de conhecimento de alguns conselheiros a respeito de suas atribuições, verificada ao longo das observações de campo. Dessa maneira, o desenvolvimento adequado do trabalho destes conselheiros pode ser comprometido, além de limitar seu poder de atuação.

➤ A respeito do baixo grau de participação da população, verificou-se que, apesar de reuniões ou algumas atividades relacionadas à gestão da RESEX serem abertas ao público, a participação de habitantes locais que não façam parte do Conselho Deliberativo é inexpressiva. Sobre isso, é importante atentar para a população residente na chamada “Zona de Água Doce”, composta pelas comunidades de Remanso, Pedral, Marudazinho, Cipoteua, Maranhãozinho, Boa Esperança,

Santana do Maú, Cruzeiro do Maú e Igarapé-açu. Os habitantes destas comunidades são os que menos participam destes eventos, devido ao difícil acesso não apenas pela distância, como também pelas precárias condições das estradas, já que a grande maioria dos eventos ocorre na sede do município.

➤ Sobre a multiplicidade de interesses de membros do Conselho Deliberativo, é fato que a gestão compartilhada é marcada pela multiplicidade. Universidades, associações comunitárias, membros da população local, órgãos federais, entre outros compõem o Conselho Deliberativo da RESEX. Entretanto, ao mesmo tempo em que este conjunto de diferentes perspectivas enriquece as possibilidades à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento local, tanta heterogeneidade também gera limites à gestão, devido principalmente à distinção de interesses entre cada um destes sujeitos.

➤ Quanto à comunicação frágil entre as comunidades, verificou-se que, devido à extensão da RESEX e o fato de que em algumas delas não há cobertura de telefone e internet, a divulgação de informações é dificultada.

➤ Por fim, tem-se a implantação do Núcleo de Gestão Integrada (NGI) do ICMBio, por meio da Portaria nº 120, de 13 de fevereiro de 2020. Este novo modelo de gestão anula o cargo do gestor da RESEX e o substitui por uma equipe de técnicos especializados em uma das seguintes áreas temáticas: proteção, gestão socioambiental, uso público, regularização fundiária, licenciamento, administração e monitoramento. Esta mesma equipe será responsável por todas as sete UCs situadas no Salgado Paraense. De acordo com a Portaria, o NGI entraria em vigor a partir do mês de maio de 2020. Entretanto, ao considerar o contexto da pandemia devido ao novo coronavírus, o NGI ainda não está em pleno funcionamento.

Entretanto, esta nova conjuntura já demonstra ser uma nova limitação à gestão compartilhada, pelo fato de que cada técnico será responsável por todas as outras sete UCs, o nível de demandas aumentará substancialmente, o que aumentam as chances de desaceleração de processos; além da logística de circulação dos profissionais entre as UCs, a qual pode ser afetada pelas condições das estradas e rodovias comuns ao acesso entre as UCs.

Além disso, atentando para o contexto político atual, tem-se o Decreto Federal nº 10.341/2020, o qual dispõe que o Governo Federal permite a ação das Forças Armadas como “Garantia da Lei e da Ordem” em UCs federais. Em especial, no

Parágrafo único deste Decreto, fica estabelecido que os órgãos públicos federais voltados à proteção ambiental serão coordenados pelos Comandos das Forças Armadas. Isto pode significar o início da falta de autonomia por parte dos Conselhos Gestores.

CONCLUSÃO

A gestão compartilhada permite a participação igualitária dos mais diversos sujeitos sociais e, conseqüentemente, a condução democrática das políticas de ação territorial. E como parte inerente a um cenário formado por diversos sujeitos sociais, tem-se a presença de conflitos socioambientais, os quais podem interferir diretamente sobre os processos da gestão compartilhada.

Desse modo, tem-se o Conselho Deliberativo, uma entidade responsável por manter e reforçar o maior grau possível de representatividade local, juntamente com a colaboração de instituições distintas, com vistas à formação de análises mais complexas e holísticas acerca da realidade local. Entretanto, a diversidade de sujeitos sociais envolvidos, além de enriquecer as possibilidades de ação sobre o território, também está sujeita à geração de conflitos.

Neste sentido, tendo em vista os conflitos existentes, foram verificados alguns limites da gestão compartilhada, sendo eles: baixa escolarização dos conselheiros, falta de informação, baixo grau de participação da população, multiplicidade de interesses de membros do conselho deliberativo, comunicação frágil entre as comunidades da RESEX e implantação do Núcleo de Gestão Integrada (NGI).

Embora os conflitos existentes possam ser interpretados, à primeira vista, como fatores limitantes ao desenvolvimento local, estes são, na verdade, agentes propulsores deste processo, pois geram novas formas de interpretação da realidade e novos meios de mediação a estes embates.

Logo, a construção da gestão compartilhada se refere a um movimento de participação de múltiplas vozes que se insurgem do local, a partir de uma condução democrática que se estabelece em um plano dialético. Deste modo, pensar a gestão pressupõe complementarmente pensar o planejamento, e adequá-lo à realidade local. Não de maneira dualista, mas complementar, de maneira intercambiável para o alcance de uma realidade mais sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, B. K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BRASIL. Decreto de 10 de outubro de 2014. Cria a Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo, localizada no Município de Marapanim, Estado do Pará. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2014.

_____. Decreto nº 10.341, de 6 de maio de 2020. Autoriza o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem e em ações subsidiárias na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos Estados da Amazônia Legal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2020.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2000.

BUCKLES, D.; RUSNAK, G. Conflicto y colaboración en el manejo de los recursos naturales. In: Buckles, D. (ed) Cultivar la paz: Conflicto y colaboración en el manejo de los recursos naturales. Ottawa, IDRC, 2000.

CANTO, O. Mineração na Amazônia: assimetria, território e conflito socioambiental. Belém: NUMA/UFPA, 2016.

COSTA, P. C. P. Reservas extrativistas marinhas: reflexões sobre desafios e oportunidades para a cogestão em áreas marinhas protegidas. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 48, p. 417 – 431, 2018.

CUNHA, C. C. Reservas Extrativistas: Institucionalização e Implementação no Estado Brasileiro dos Anos 1990. 2010, 308 p. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro, 2010.

HANNA, S. Managing for human and ecological context in the Maine soft shell clam fishery. In: Berkes, F.; Folke, C. Linking social and ecological systems. Cambridge: University Press, 1998.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Estudo Socioambiental Referente à Proposta de Criação da Reserva Extrativista Marinha no Município de Marapanim, Estado do Pará. Brasília: ICMBIO, 2014.

_____. Portaria nº 120, de 13 de fevereiro de 2020. Institui o Núcleo de Gestão Integrada – ICMBio Salgado Paraense, como um arranjo organizacional para gestão territorial integrada de Unidades de Conservação federais, no âmbito do Instituto Chico Mendes - ICMBio (processo SEI n. 02070.001141/2020-01). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 fev. 2020. p. 88.

_____. Portaria nº 270, de 4 de abril de 2018. Cria o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo, no Estado do Pará.

JENTOFT, S. Fisheries co-management: delegating government responsibility to fishermen's organizations. *Marine Policy*, 13, 1989.

_____. Co-management – the way forward. In: WILSON et al (Org.). *The fisheries co-management experience: accomplishments, challenges and prospects*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2003. p. 1-14.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. *In: BARTHOLO JR, R.; MOTA, C. R.; BERNARDO, M.; KLINK, C. A.; NASCIMENTO, E. P.; LITTLE, P. E.; DRUMMOND, J. A.; FROTA, I.; VIANNA, J. N. S.; BURSZTYN, M. (Org.). A difícil sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

MARÇAL, A. S. Os desafios para a gestão das Reservas Extrativistas Marinhas da Amazônia: estudo de caso da Reserva Extrativista Maracanã/PA. *Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.*

SIMMEL, Georg. A Natureza Sociológica do Conflito. *In: Sociologia*. Org.: Evaristo de Moraes Filho; [tradução de Carlos Alberto Pavanelli et al.]. São Paulo: Ática, 1983.

SOUSA, M. C. et al. Confluência do capital social, empoderamento e governança ambiental na sadia qualidade de vida em comunidades rurais no Ceará. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba - SP, v. 55, n. 04, p. 711-732, 2017.

TORRECILHA, M. L. A gestão compartilhada como espaço de integração na fronteira Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai). 184 f. *Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.*

PRODUTO – PROPOSTA DE CONTRIBUIÇÃO AO PLANO DE GESTÃO DA RESEX MARINHA MESTRE LUCINDO

APRESENTAÇÃO

Este produto apresenta como área de enfoque a Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Mestre Lucindo, localizada no município de Marapanim. O objetivo geral deste documento é propor medidas capazes de aperfeiçoar a gestão da RESEX, a partir do diagnóstico do gerenciamento e da sugestão de técnicas que auxiliem nas tomadas de decisão do Conselho Deliberativo.

Após diversas viagens a campo, levantamento bibliográfico-documental, realização de entrevistas com moradores e conselheiros da RESEX, além de participar de vários processos relacionados à gestão da RESEX, foi possível compilar todos os conhecimentos gerados sob a forma de dois artigos, presentes nos dois artigos que compõem esta dissertação.

Logo, ao identificar e compreender as principais limitações verificadas no processo de gestão compartilhada, apresenta-se esta proposta de contribuição ao Plano de Gestão da RESEX, a qual deverá ser submetida à apreciação do Conselho Deliberativo.

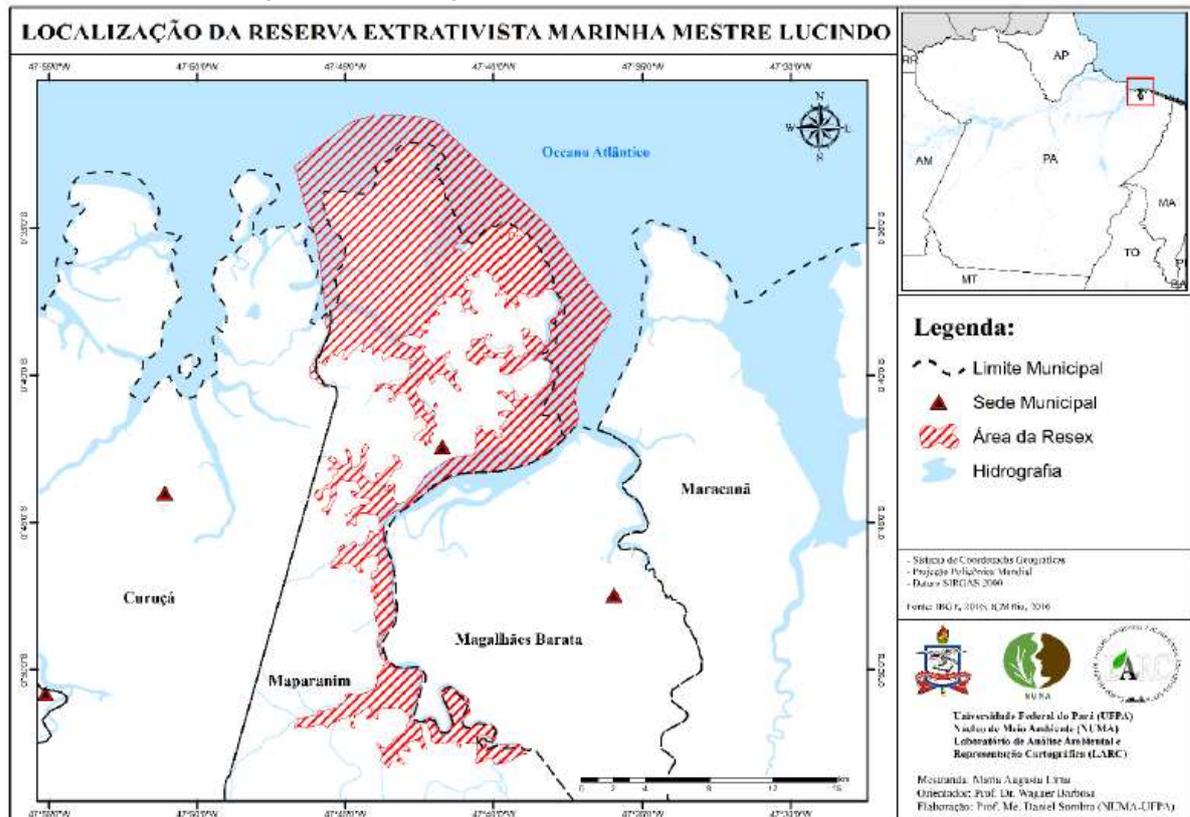
Neste sentido, o presente documento foi dividido em três partes. Na primeira, são apresentados os aspectos gerais da RESEX, a fim de proporcionar ao leitor uma primeira aproximação da área de estudo. Em seguida, na segunda parte, tem-se uma discussão a respeito do cenário atual de gestão da RESEX. Por fim, tem-se a terceira parte, a qual apresenta a recomendação de programas de gestão, com vistas ao aprimoramento do gerenciamento da RESEX.

ASPECTOS GERAIS DA RESEX

Localização e Acesso da RESEX

A RESEX Marinha Mestre Lucindo está localizada na região Nordeste do Estado do Pará, mais precisamente no município de Marapanim, conforme ilustrado no Mapa 3 abaixo.

Mapa 3: Localização da RESEX Marinha Mestre Lucindo.



Fonte: ICMBio, 2015.

A RESEX está localizada na cidade de Marapanim, a qual encontra-se a 122 quilômetros da cidade de Belém, e o acesso ao município é realizado pela Rodovia BR-316 até o município de Castanhal, e depois pelas Rodovias PA-136 e PA-138 (ICMBIO, 2014a).

Histórico de Criação e Gestão da RESEX

A literatura a respeito do histórico de criação da RESEX ainda é escassa, sendo a principal fonte de informação o Estudo Socioambiental referente à criação desta Unidade de Conservação (UC), desenvolvido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) em 2014, e a pesquisa de Lima (2018).

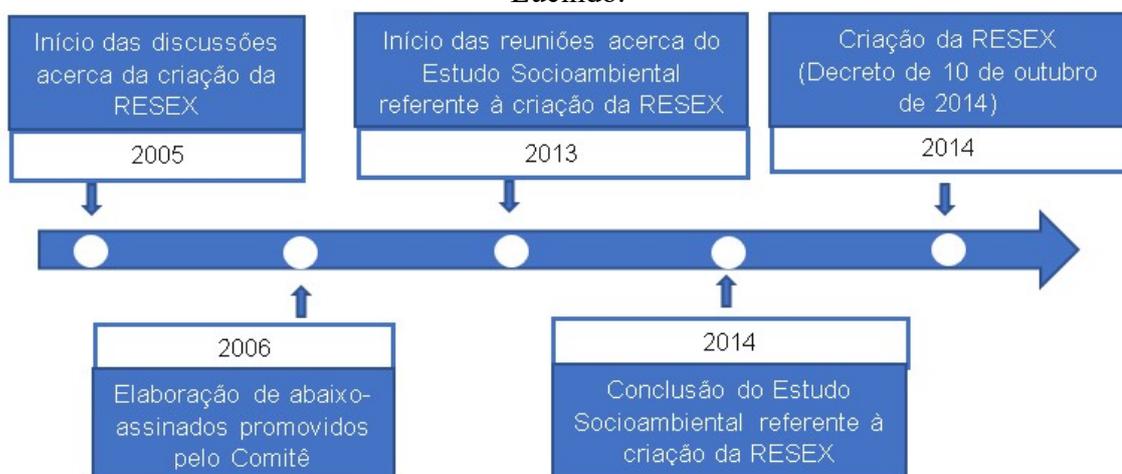
Desde 2005, o Comitê de Lideranças dos Povos Pesqueiros de Marapanim, sob a liderança do senhor Luiz Guttemberg, vem lutando pela criação de uma UC no município. A oficialização do pedido veio em 2006, após vários abaixo-assinados promovidos pelo Comitê. Em 2013, o ICMBio em parceria com este Comitê, realizou uma reunião na Colônia de Pescadores de Marapanim, a fim de discutir a proposta de criação de uma UC no município.

O documento relata também que, inicialmente, a principal razão para a criação da UC foi a expectativa de obter benefícios, tal como ocorreu com os moradores da RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá. De modo que, por meio das reuniões realizadas com o intuito de realizar o Estudo Socioambiental, a equipe de pesquisadores responsáveis pelo documento afirma que a população local demonstrou não saber os direitos e deveres de comunidades que habitam o interior de UCs, além de desconhecer os objetivos de criação de uma RESEX.

A equipe de pesquisadores visitou 18 comunidades, principalmente as que mantêm forte ligação com recursos pesqueiros, realizando entrevistas, reuniões e dinâmicas participativas, a fim de caracterizar o modo de vida da população e seus aspectos socioeconômicos, além do meio físico biótico e abiótico local.

Por fim, em 10 de outubro de 2014 foi publicado o Decreto Federal sem número e a RESEX Marinha Mestre Lucindo foi oficialmente criada. Entretanto, conforme aponta Lima (2018), apenas em 2016 uma funcionária do ICMBio foi lotada para assumir o cargo de presidente da RESEX. A partir de Atas de reuniões disponibilizadas pela gestora da RESEX, foi possível verificar que, já em 2016, começaram a ocorrer reuniões, com o objetivo de discutir a escolha de representantes dos polos e instituições diversas para formar o Conselho Deliberativo da RESEX, além de capacitações a respeito do Conselho. A figura 11 abaixo apresenta uma síntese dos acontecimentos que levaram à criação da RESEX.

Figura 11: Sequência dos eventos mais relevantes para a criação da RESEX Marinha Mestre Lucindo.



A RESEX Marinha Mestre Lucindo apresenta 32 comunidades que são agrupadas em oito polos. O polo 1 ou polo Camará é composto pelas comunidades de Camará, Crispim, Bacuriteua e Retiro; polo 2 ou polo Marudá é formado por Marudá, Recreio, Sossego e Sol da Manhã; polo 3 ou polo Vista Alegre é composto por Vista Alegre, Itauaçu e Tamaruteua; polo 4 ou polo Araticum-mirim é formado por Araticum-miri, Manhuteua, Livramento e Porto Alegre; o polo 5 ou polo Cidade ou polo Abacate é formado por Abacate, Barraca, Nova Aliança e Porto do Bugário; polo 6 ou polo Guarajubal é composto por Guarajubal, Juçateua, Arapijó e Canavial; polo 7 ou polo Igarapé-açu é formado por Igarapé-açu, Boa Esperança e Santana do Maú; e polo 8 ou polo Remanso é composto por Remanso, Maranhãozinho, Pedral, Cipoteua, Cruzeiro do Maú e Marudazinho.

Após a criação da RESEX, foi instituído o Conselho Deliberativo, devidamente empossado durante o II Seminário de Conflitos Socioambientais e Ordenamento Territorial em Zona Costeira e Estuarina, um evento promovido pela Universidade Federal do Pará. Para isso, foram selecionadas as instituições-membro e seus representantes, os quais são responsáveis por dar andamento às atividades referentes à gestão da RESEX.

Conforme a Instrução Normativa nº 9 do ICMBio, o Conselho Deliberativo trata-se de uma instância colegiada responsável por tratar e deliberar a respeito de temas relacionados à RESEX, além de auxiliar o órgão gestor, ou seja, o ICMBio, a tomar decisões e apoiar ações de implementação na Unidade.

O Conselho Deliberativo da RESEX foi instituído por meio da Portaria nº 270/2014, e é composto por representantes de associações comunitárias, como a Associação dos Usuários da RESEX Marinha Mestre Lucindo (AUREMLUC), Central das Associações dos Usuários das Reservas Extrativistas Marinha do Litoral Paraense (CAUREM) e a Colônia de Pescadores; instituições de ensino como a Universidade Federal do Pará, Universidade Federal Rural do Pará e Instituto Federal do Pará; órgãos de assistência rural, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER/PA); e da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (CONFREM).

A partir desta fase, os demais processos e atividades relacionadas à gestão da RESEX passaram a ser discutidas e definidas durante reuniões previamente

agendadas, com convocação oficial dos conselheiros. Deste modo, seguindo a cronologia dos processos, os conselheiros se reuniram para elaborar o Regimento Interno da RESEX, isto é, um documento que contém todas as normas de funcionamento do Conselho.

Posteriormente, foram selecionados, dentre os conselheiros, os membros dos Grupos de Trabalho, ou seja, instâncias responsáveis por auxiliar o Conselho a discutir assuntos específicos, adequados à realidade local. Por isso, os temas e membros destes grupos são temporários, sendo sempre atualizados de acordo com as demandas existentes.

A etapa seguinte foi a elaboração do Plano de Ação da RESEX. Para isso, foi realizada uma reunião previamente agendada, e os membros presentes foram estimulados a elencar os principais entraves que dificultam a gestão da RESEX. Tais problemas foram agrupados de acordo com suas similaridades e foram discutidas as estratégias para lidar com eles, definindo as atividades necessárias, enfocando os locais de ocorrência, prazos, insumos e responsáveis.

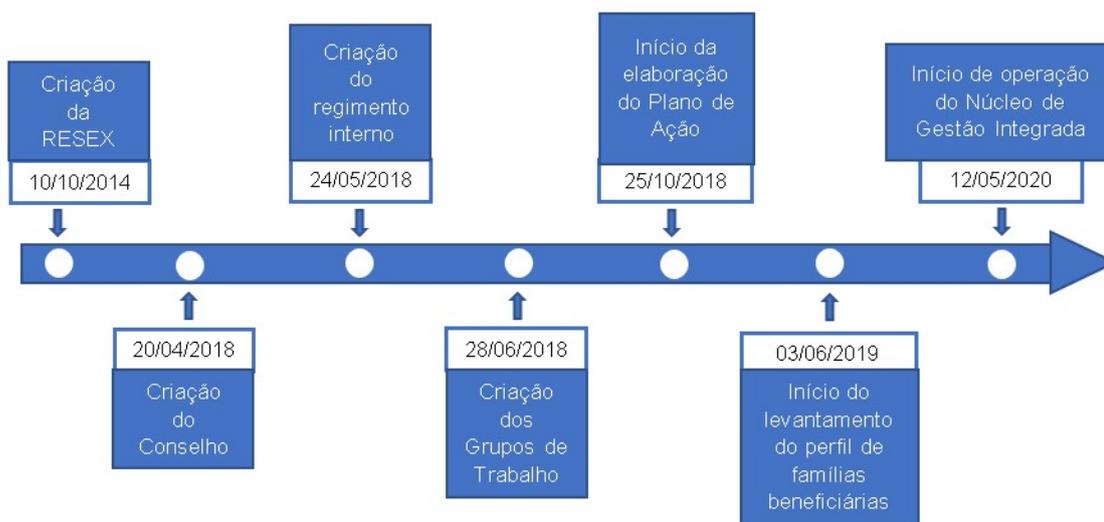
O próximo passo foi a realização do Levantamento do Perfil de Famílias Beneficiárias da RESEX, com vistas a identificar as características socioeconômicas que prevalecem na região. As informações coletadas foram enviadas para a sede do ICMBio em Brasília, onde serão tabuladas e processadas para então serem entregues ao Conselho. Com isso, será possível compor a Relação de Beneficiários da RESEX.

Por fim, o último evento relevante a ser mencionado foi a primeira reunião ordinária do ano de 2020, em que foi apresentada a nova metodologia de gestão das sete Unidades de Conservação situadas na zona do Salgado paraense, dentre elas a RESEX Marinha Mestre Lucindo. Esta nova abordagem corresponde ao Núcleo de Gestão Integrada (NGI), instituído pela Portaria nº 120/2020.

O NGI extinguirá o cargo de presidência das UCs, substituindo-o por um Coordenador Geral e uma equipe de técnicos especializados em um conjunto de sete categorias temáticas, que são: proteção ou fiscalização, gestão socioambiental, uso público, regularização fundiária, licenciamento ambiental, administração e monitoramento. Desse modo, este conjunto de profissionais será responsável por gerenciar não apenas uma, mas todas as sete UCs do Salgado paraense. A portaria entra em vigor a partir de 12 de maio de 2020.

Abaixo, na figura 12, tem-se uma linha cronológica contendo uma síntese dos eventos mais relevantes para o histórico de gestão da RESEX Marinha Mestre Lucindo.

Figura 12: Sequência cronológica de eventos relacionados à gestão da RESEX Marinha Mestre Lucindo.



Origem do nome da RESEX

Na cidade de Marapanim, um dos traços culturais mais fortes é o carimbó, e esta tradição vem sendo mantida pelos Mestres, ou seja, os músicos, compositores e difusores deste gênero musical. Dentre os Mestres do carimbó, um ganhou destaque: Lucindo Rebelo da Costa (1908-1988), nascido em Marapanim e autor de mais de 300 composições de carimbó (PALHETA, 2012). Logo, o nome da RESEX foi definido para homenagear esta grande personalidade.

Contextualização da RESEX nos Sistemas de Unidades de Conservação

Por meio da Lei nº 9.985/2000, foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). As UCs representam uma das categorias de áreas protegidas onde o uso e acesso aos recursos naturais é limitado ou protegido, em diferentes níveis (MILANO, 2012).

O SNUC apresenta dois grupos distintos: Proteção Integral e Uso Sustentável. No primeiro grupo, têm-se: Estação Ecológica (ESEC), Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional (PARNA), Monumento Natural (MN) e Refúgio de Vida Silvestre (REVIS). E no segundo grupo, têm-se: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de

Relevante Interesse Ecológico (ARIE); Floresta Nacional (FLONA), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS); Reserva de Fauna (REFAU) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

A categoria RESEX é definida pelo SNUC como área protegida habitada por populações extrativistas tradicionais que possuem o extrativismo como principal fonte de subsistência. Os objetivos de criação desta categoria foram: proteger os recursos naturais, assegurando seu uso sustentável, assim como garantir a reprodução dos modos de vida das populações que ali habitam.

E ainda, ao atentar para o fato de que esta é uma RESEX Marinha, deve-se também considerar a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC/PA), instituída pela Lei nº 9.064/2020. Quanto à abrangência geográfica estabelecida nesta Política, Marapanim encontra-se no setor 4 ou flúvio-marítimo.

Até o presente momento, de acordo com a plataforma do Conselho Nacional de Unidades de Conservação, setor presente no Ministério do Meio Ambiente (CNUC/MMA), o Brasil possui um total de 2.446 Unidades, sendo que 1.669 correspondem à tipologia de Uso Sustentável, grupo no qual estão presentes 95 Reservas Extrativistas, das quais 76 estão localizadas no bioma Amazônia, sendo que 23 estão no Pará.

Autores como Drummond, Franco e Oliveira (2010) alertam para o fato de que, com a complexidade demonstrada pelas diversas categorias do SNUC, conseqüentemente impõe-se a necessidade de mais recursos para capacitar e manter profissionais, atingir a regularização fundiária, construir infraestrutura, obter equipamentos, fomentar pesquisas científicas, fiscalizar, possibilitar visitação e educação ambiental, dentre outros. Tudo isto contribui para evidenciar a importância de contar com uma gestão descentralizada, integrada e participativa, de modo a tentar abarcar toda a multiplicidade e complexidade existentes nas diferentes categorias estabelecidas pelo SNUC.

Portanto, apesar de considerar as conquistas obtidas através da implementação do SNUC, é válido ressaltar que a luta ainda persiste, em favor do fortalecimento e da valorização das comunidades tradicionais, além do reconhecimento destas como agentes de constante proteção da Natureza.

DIAGNÓSTICO DA GESTÃO DA RESEX

A primeira eleição de membros do Conselho Deliberativo da RESEX ocorreu em abril de 2018. O período de mandato dos conselheiros é de dois anos, permitindo-se a reeleição por mais dois anos (ICMBIO, 2014b). Logo, o período de renovação dos membros do Conselho deveria ter ocorrido em abril de 2020, porém, devido à pandemia causada pelo novo coronavírus, este processo ainda não ocorreu.

Quanto à representatividade local, o Conselho abrange, de maneira majoritária, habitantes locais, responsáveis por representar cada polo da RESEX, além de entidades governamentais, instituições de ensino e associações comunitárias.

Já quanto ao fator de participação, há conselheiros que atuam de forma ativa no processo, participando de reuniões, levantando propostas e se disponibilizando a participar de atividades. Inclusive, entre os membros mais participativos, verifica-se uma multiplicidade de interesses que, certas vezes, gera desentendimentos.

Entretanto, verifica-se um envolvimento tímido por uma parte deste grupo. E isto ocorre de modo ainda mais intenso com representantes de comunidades mais afastadas do centro da cidade, que fazem parte da zona de água doce. Isso não se resume apenas aos representantes de comunidades, mas também às instituições, como a Prefeitura e a Colônia de Pescadores. Tendo em vista que a RESEX apresenta uma forte ligação com os recursos pesqueiros, a Colônia de Pescadores deveria estar mais presente no processo de gestão da RESEX.

E mais: quanto aos moradores locais que não fazem parte do Conselho, a participação é muito baixa, o que pode ser evidenciado durante a realização de reuniões do Conselho. Mesmo que estas reuniões sejam abertas ao público, na grande maioria das vezes, elas contam exclusivamente com pessoas envolvidas na gestão da RESEX, sendo que nem todos os diretamente envolvidos participam.

Além disso, observou-se que, embora instituições de ensino e pesquisa, como a Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Instituto Federal do Pará (IFPA) estejam representadas no Conselho e se disponham a realizar atividades e desenvolver estudos na área, o envolvimento entre essas instituições e o restante do Conselho ainda é baixo.

E ainda, é preciso considerar que a nova modalidade de gestão, denominada Núcleo de Gestão Integrada (NGI), entrou em vigor em maio de 2020, mas que ainda

não está em plena operação, também devido à pandemia causada pelo novo coronavírus.

Comerciantes da Praia do Bora, uma das praias que ficam no território da RESEX, solicitaram a realização de uma reunião, a fim de discutir sobre a possibilidade de reabrir bares e restaurantes na praia para atender turistas. Por isso, ocorreu uma reunião extraordinária no dia 17 de setembro de 2020, sendo esta a primeira reunião realizada na RESEX no contexto do NGL. Sobre essa questão, foi criado um Grupo de Trabalho direcionado ao Ordenamento Territorial.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE GESTÃO DA RESEX

Missão e Visão de Futuro

A missão de uma UC refere-se aos objetivos de sua criação (PARÁ, 2009). Logo, de acordo com o Decreto de criação da RESEX Marinha Mestre Lucindo, seus objetivos de implementação são:

“I garantir a conservação da biodiversidade dos ecossistemas de manguezais, restingas, dunas, várzeas, campos alagados, rios, estuários e ilhas; e
II assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e proteger os meios de vida e a cultura das comunidades tradicionais extrativistas da região.”

E a visão de futuro deve expressar o cenário desejado a longo prazo, entre 10 e 15 anos (PARÁ, 2009). Desse modo, se almeja que os diferentes ecossistemas existentes na RESEX, com destaque para os manguezais, estejam devidamente protegidos e conservados, além de que as populações extrativistas locais sejam mais reconhecidas e valorizadas, e que seu modo de vida esteja ainda mais comprometido com o uso sustentável dos recursos naturais necessários à sua reprodução sociocultural.

Objetivos do Plano de Gestão

- Estimular a participação social no decorrer das atividades e processos de gestão da RESEX;
- Promover a conscientização a respeito da importância do uso sustentável de recursos naturais;
- Fomentar o acesso à informação, de maneira ampla e gratuita;

- Fortalecer as inter-relações do Conselho com as Universidades e os órgãos públicos locais;
- Discutir técnicas que visem a maximização de benefícios coletivos, focando sempre a melhoria contínua.

Estratégias de Gestão

Após compreender os limites da gestão compartilhada, seguem algumas recomendações de estratégias a serem desenvolvidas no intuito de aperfeiçoar os processos de gerenciamento da RESEX. Vale ressaltar que estas sugestões deverão ser apresentadas e discutidas entre todos os sujeitos sociais envolvidos na gestão da RESEX, estando sujeitas à aprovação e adequações, em obediência ao caráter participativo da gestão.

➤ *Curso de capacitação a respeito do Conselho Deliberativo:*

Recomenda-se a oferta de um curso gratuito a todas as pessoas interessadas em fazer parte do Conselho Deliberativo, ou mesmo para quem não possui esse interesse, mas deseja conhecer um pouco mais sobre o assunto.

O curso poderia ser ministrado por membros da UFPA, IFPA ou ICMBio, e seu conteúdo deve incluir questões como: o que é um Conselho Deliberativo, como um Conselho deve ser formado, quais as normas de funcionamento, quais as atribuições dos conselheiros, etc. Todas estas informações constam em um guia elaborado pelo ICMBio (2014b), porém notou-se que nem todos os conselheiros possuem domínio destas informações. Desse modo, além da oferta de um curso, este material também poderia ser disponibilizado em via impressa a todos os conselheiros, após serem empossados.

A ampla participação social neste curso deveria ser estimulada, a fim de garantir que todos os futuros conselheiros compreendam a fundo essa temática, e também para que os demais cidadãos entendam o processo, e assim possam solicitar demandas com maior clareza. A periodicidade do curso poderia ser semestral, permitindo mais uma oportunidade de participação aos que, por algum motivo, não participaram na primeira vez, além de relembrar os conhecimentos dos que já participaram.

➤ *Palestras voltadas à conscientização socioambiental*

Na RESEX, a participação social e o uso sustentável de recursos naturais são pontos que precisam ser fortalecidos. Neste sentido, sugere-se a realização de palestras que destaquem a importância do engajamento social como instrumento necessário ao empoderamento, e também a relevância do uso sustentável de recursos, sobretudo em se tratando de uma RESEX amazônica habitada por extrativistas que dependem destes recursos como fonte de sobrevivência e reprodução de seu modo de vida.

Com isso, almeja-se incentivar a população a se envolver de modo mais ativo nos processos de gestão da RESEX, demonstrando a importância do empoderamento social durante a tomada de decisões que norteiam a gestão da RESEX. E ainda, estas palestras demonstrariam que, sem o uso consciente dos recursos naturais ali existentes, com destaque para os recursos pesqueiros, não haveria mais garantia de reprodução de seu modo de vida.

Estas palestras poderiam ser ministradas por funcionários do ICMBio ou membros da UFPA ou IFPA, com periodicidade anual.

➤ *Incentivo à difusão de informações: o “Folhetim da RESEX”*

Propõe-se a divulgação de informações relativas à gestão da RESEX por meio de folhetins, nas comunidades mais distantes do centro da cidade. Este material poderia ser distribuído pela Prefeitura ou por uma Secretaria responsável, como a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA). Nos folhetins, conteriam a divulgação de datas de reuniões ou quaisquer atividades relativas à gestão da RESEX, semanalmente.

Além disso, o conteúdo dos folhetins poderia também ser divulgado pelas rádios comunitárias, em dias e horários fixos, aumentando assim a propagação dessas informações ao longo das comunidades.

➤ *Incentivo ao turismo de base comunitária*

Considerando o potencial turístico da região, principalmente pela beleza cênica das praias, seria interessante oferecer um pacote de cursos gratuitos voltados ao turismo sustentável. O conteúdo dos cursos deve incluir desde a identificação de

áreas com maior potencial turístico, a criação e mapeamento de trilhas ecológicas em parceria com a SEMMA, até o planejamento financeiro das futuras associações.

Após concluído o pacote de cursos, a população já estaria preparada para dar início às atividades com maior independência. E a partir disso, moradores locais poderiam se organizar para que, juntos, formassem uma associação comunitária de turismo e, firmassem parcerias com grupos de artesãos e grupos de carimbó. Assim, seria possível criar uma forma de geração de renda que seja sustentável e que seja mantida com base na valorização da cultura local.

Considerando a representatividade e experiência da AUREMLUC, seria interessante criar uma parceria. Logo, estes cursos poderiam ser ministrados por membros do curso de Turismo da Universidade Federal do Pará e representantes da AUREMLUC, sendo ofertados por uma única vez, como forma de avaliar a aceitação pela comunidade. Uma vez concluídos, os cursos poderiam voltar a ser ofertados conforme demanda.

Neste sentido, é válido mencionar a pesquisa de Bastos (2016), a qual trata sobre turismo de saúde na comunidade do Sossego, em Marapanim, onde está situada a sede do Grupo de Mulheres Erva Vida. A pesquisa propôs a implementação de um plano de negócios voltado para associações, no intuito de estimular e organizar ações de gestão, regularização e incentivo de produção e venda de remédios caseiros. Dessa forma, o Grupo de Mulheres Erva Vida também poderia ser um forte aliado na estratégia de incentivo ao turismo de base comunitária na RESEX.

➤ *Zoneamento da RESEX*

O reconhecimento específico de áreas que compõem um território é vital para uma boa gestão. Melhor ainda quando isto ocorre de acordo com as perspectivas de moradores locais, de modo a tornar o processo mais orgânico e autêntico. Uma das alternativas para alcançar esta premissa é por meio da cartografia participativa.

Por isso, recomenda-se a realização dessas oficinas de cartografia participativa ao longo de todas as comunidades da RESEX. Inclusive, esta metodologia já foi aplicada na comunidade de Cajutuba, formada pelas ilhas de Itauçu e Tamaruteua, no interior da RESEX, em uma iniciativa do Grupo de Pesquisa Sociedade-Ambiente das Amazônias (GPSA), da Universidade Federal do Pará, e contou com a participação da AUREMLUC.

Logo, esta técnica poderia ser replicada em todo o território, visando identificar os tipos de uso e ocupação do território, bem como os conflitos verificados. Com isto, o Conselho e a Prefeitura contarão com um forte instrumento de gestão local. As oficinas poderiam continuar a ser desenvolvidas pelo GPSA em parceria com a AUREMLUC, com frequência mensal.

➤ *Criação de um banco de dados sobre a RESEX*

Existem diversos produtos acadêmicos a respeito da RESEX, os quais geram dados e informações relevantes sobre a área. Desse modo, sugere-se criar um banco de dados contendo livros, artigos, dissertações e teses sobre a área, no intuito de reunir informações que possam auxiliar a gestão local, e disponibilizá-las a todos os interessados, em via digital. Isto poderia ser feito por membros das instituições de ensino, como UFPA e IFPA, em regime contínuo.

➤ *Planejamento de reuniões*

Considerando o novo modelo de gestão oferecido pelo NGI, esta nova configuração irá exigir da população um maior grau de proatividade. Logo, propõe-se a criação de uma agenda de reuniões ordinárias e extraordinárias, com estimativas de datas, horários e locais. Além disso, visando aumentar a participação social, torna-se necessário realizar reuniões ao longo de todos os polos da RESEX, com especial atenção para pólos formados pelas comunidades mais afastadas do centro da cidade.

E ainda, seria interessante que, dias antes de uma reunião de Conselho, os representantes de cada polo levantassem as possíveis demandas da população, para que, no dia da reunião, essas demandas fossem postas à discussão. Uma parte do tempo das reuniões seria reservado para tratar desses assuntos.

➤ *Acordos de cooperação*

Conforme observado, dentre as instituições que compõem o Conselho, algumas delas precisam ser mais presentes e participativas. E uma das maneiras de alcançar isso, é por meio de acordos de cooperação, ou seja, documentos que formalizam e reafirmam o compromisso em participar ativamente dos processos de gestão da RESEX, além de se dispor a participar de atividades, firmar novas parcerias,

etc. Estes acordos poderiam ser elaborados pelo ICMBio, e seriam renovados anualmente.

E ainda, é pertinente mencionar que já existe um Acordo de Cooperação Técnica e Científica firmado entre a UFPA e mais seis organizações de Marapanim, sendo elas: Instituto Muirapinima, Conselho Escolar da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Eliofar Alves da Costa, Grupo de Mulheres Erva Vida, Centro Comunitário Dr. Luís Armando de Souza Monteiro e Sociedade Civil Socioambiental e Biotecnológica (Ambiotech). Este acordo foi firmado em janeiro de 2018, e é responsável pela criação e desenvolvimento do Programa de Fitoterapia, o qual será integrado a projetos de Educação Ambiental, Gestão de Recursos Naturais e Turismo de Saúde de Base Comunitária em Marudá.

Logo, é fundamental criar novos acordos, além de fortalecer os já existentes.

➤ *Projeto de hortas comunitárias*

Conforme verificado em campo, a agricultura familiar é a atividade empregada com maior abundância na zona de água doce do município, representada pelas comunidades mais distantes do centro da cidade. Além disso, na pesquisa de Lima (2018), foi observado que ao longo de várias comunidades pertencentes à RESEX há o uso de plantas medicinais, com ênfase para a comunidade do Sossego, a qual conta com o Grupo de Mulheres Erva Vida, formado para comercializar remédios medicinais confeccionados a partir de plantas e outros itens artesanais, como meio de complementar a renda familiar.

Desse modo, dada a riqueza de conhecimentos tradicionais existentes neste grupo, poderia ser firmada uma parceria entre o Conselho Deliberativo e o Grupo de Mulheres Erva Vida, a fim de fortalecer a valorização cultural das plantas medicinais, além de aumentar as possibilidades de geração de renda.

Neste aspecto, também poderia ser firmada uma parceria com o STTR e a EMATER, os quais poderia ofertar um curso gratuito de capacitação. Após o fim do curso, estas duas entidades visitariam as comunidades a cada dois meses, a fim de garantir a assistência técnica necessária para esta atividade. Desse modo, seria possível criar mais uma alternativa de geração de renda para a população local, em moldes sustentáveis.

➤ *Grupo de mediação de conflitos*

Com o objetivo de melhor lidar com os conflitos existentes, propõe-se a criação de um grupo de mediação de conflitos. Para isso, seria necessário disponibilizar um curso gratuito de capacitação sobre técnicas de mediação de conflitos a todos os conselheiros. Este curso poderia ser realizado a cada dois anos, juntamente com a renovação de membros do Conselho, e poderia ser ministrado por funcionários do ICMBio ou membros da UFPA ou IFPA.

Após a realização do curso, seria formado por sorteio um grupo com oito conselheiros, voltado exclusivamente para a mediação de conflitos, com duração de seis meses, de modo que todos os conselheiros teriam a oportunidade de participar. Qualquer pessoa que estivesse envolvida em algum conflito relacionado à RESEX ou queira fazer uma denúncia de conflito, deveria procurar este grupo e relatar a situação. O grupo deveria se reunir e discutir as técnicas mais apropriadas para lidar com cada situação. A etapa seguinte seria convocar todos os envolvidos para uma reunião, expor as possibilidades de atuação e criar mecanismos de oportunidades a todos os envolvidos.

➤ *Criação de uma administração local para ação imediata*

Recomenda-se criar uma administração local para ação imediata, no intuito de deliberar sobre questões urgentes, além de aumentar o controle social do processo de gestão, na ausência dos agentes do ICMBio. Poderia ser formado um grupo com cinco participantes, sendo estes preferencialmente membros do Conselho Deliberativo da RESEX. O mandato deste grupo corresponderia ao mesmo mandato dos conselheiros, isto é, dois anos, e com a possibilidade de renovação de mandato por mais dois anos. Este grupo também deverá passar por capacitação a cada dois anos, promovendo assim um maior preparo aos administradores.

➤ *Avaliação contínua da gestão*

A fim de verificar a qualidade da gestão, recomenda-se realizar, a cada seis meses, uma reunião com os conselheiros e a população. Nestes eventos, os participantes seriam estimulados a relatar sobre suas percepções a respeito da gestão da RESEX, indicando pontos fortes e fracos. Após coletados todos os relatos, cada

ponto seria discutido, e novas técnicas de atuação seriam propostas. Dessa forma, a avaliação da gestão seria construída de maneira orgânica.

Todas as proposições estão apresentadas no quadro 6.

Quadro 6: Proposta de estratégias de gestão para a RESEX Marinha Mestre Lucindo.

Estratégias	Objetivos	Responsáveis pela execução	Resultados esperados	Periodicidade
Curso de capacitação a respeito do Conselho Deliberativo	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer com que a população entenda o funcionamento do Conselho Deliberativo; - E estimular a formação de senso crítico na população local. 	ICMBio, UFPA ou IFPA.	<ul style="list-style-type: none"> - Conselheiros mais cientes quanto às suas atribuições; - População mais ciente e participativa. 	Semestral.
Palestras voltadas à conscientização socioambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Demonstrar a importância do empoderamento social na gestão da RESEX; - E demonstrar a relevância do uso sustentável de recursos. 	ICMBio, UFPA ou IFPA.	<ul style="list-style-type: none"> - População engajada, participativa e comprometida com a conservação dos recursos naturais. 	Anual.
Incentivo à difusão de informações: o “Folhetim da RESEX”	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgar informações relevantes ligadas à gestão da RESEX em comunidades mais distantes do centro da cidade. 	Prefeitura ou SEMMA.	<ul style="list-style-type: none"> - População informada sobre atividades relativas à gestão da RESEX. 	Semanal.

Incentivo ao turismo de base comunitária	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer e valorizar o potencial turístico da região; - Gerar uma fonte de renda sustentável para a população local. 	Membros do curso de Turismo da UFPA, representantes da AUREMLUC e Grupo de Mulheres Erva Vida.	<ul style="list-style-type: none"> - Geração de renda para a população; - Reconhecimento do poder do turismo de base comunitária. 	A princípio, uma única vez. Caso seja bem aceito população, os cursos poderão ser ofertados novamente de acordo com a demanda.
Zoneamento da RESEX	<ul style="list-style-type: none"> - Gerar mapas de cartografia participativa de cada comunidade da RESEX. 	GPSA/UFPA e AUREMLUC.	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação de uso e ocupação do território, e de conflitos, como instrumento de gestão. 	Mensal.
Criação de um banco de dados sobre a RESEX	<ul style="list-style-type: none"> - Reunir o máximo de informações geradas sobre a RESEX. 	UFPA e/ou IFPA.	<ul style="list-style-type: none"> - Obtenção de informações que auxiliem a gestão da RESEX. 	Contínua.
Planejamento de reuniões	<ul style="list-style-type: none"> - Agenda de reuniões a serem realizadas em todos os polos da RESEX. 	Membros do Conselho Deliberativo.	<ul style="list-style-type: none"> - Maior organização e controle sobre atividades e processos na RESEX. 	Contínua.
Acordos de cooperação	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer o envolvimento de instituições que compõem o Conselho Deliberativo; 	ICMBio, UFPA, Instituto Muirapinima, Conselho Escolar da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Eliofar Alves da Costa,	<ul style="list-style-type: none"> - Instituições mais participativas durante os processos de gestão da RESEX. 	Anual.

	- Fortalecer o Acordo de Cooperação Técnica e Científica já existente.	Grupo de Mulheres Erva Vida, Centro Comunitário Dr. Luís Armando de Souza Monteiro e Sociedade Civil Socioambiental e Biotecnológica (Ambiotech).		
Projeto de hortas comunitárias	- Fortalecer a valorização cultural das plantas medicinais; - Aumentar as possibilidades de geração de renda.	Conselho Deliberativo, Grupo de Mulheres Erva Vida, EMATER e STTR.	- Geração de renda para a população.	Bimestral.
Grupo de mediação de conflitos	- Capacitar os conselheiros para lidar com situações conflituosas.	Membros do Conselho Deliberativo.	- Conselheiros capazes de mediar conflitos.	Contínua, em que cada conselheiro participaria por seis meses.
Criação de uma administração local para ação imediata	- Deliberar sobre questões urgentes e também para aumentar o controle social do processo de gestão, na	Preferencialmente membros do Conselho Deliberativo.	Administradores habilitados a resolver demandas urgentes, e mais empoderados socialmente.	A cada dois anos.

	ausência dos agentes do ICMBio			
Avaliação contínua da gestão	- Monitorar a qualidade da gestão.	Membros do Conselho Deliberativo e moradores locais.	- Gestão em contínuo estado de aperfeiçoamento.	Semestral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto de 10 de outubro de 2014. Cria a Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo, localizada no Município de Marapanim, Estado do Pará. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2014.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2000.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Estudo Socioambiental Referente à Proposta de Criação da Reserva Extrativista Marinha no Município de Marapanim, Estado do Pará. Brasília: ICMBIO, 2014a.

_____. Instrução Normativa nº 09, de 05 de dezembro de 2014. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2014/in_icmbio_09_2014_diretrizes_modifica%C3%A7%C3%A3o_conselhos_gestores_und_conserva%C3%A7%C3%A3o_federais.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

_____. Portaria nº 120, de 13 de fevereiro de 2020. Institui o Núcleo de Gestão Integrada – ICMBio Salgado Paraense, como um arranjo organizacional para gestão territorial integrada de Unidades de Conservação federais, no âmbito do Instituto Chico Mendes - ICMBio (processo SEI n. 02070.001141/2020-01). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 fev. 2020. p. 88.

_____. Portaria nº 270, de 4 de abril de 2018. Cria o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo, no Estado do Pará.

_____. Três novas Reservas Extrativistas marinhas são criadas no Pará. 2015. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/5044-tres-novasreservas-extrativistas-marinhas-sao-criadas-no-para.html>>. Acesso em: 20 de setembro de 2020.

LIMA, M. A. J. Uso de plantas medicinais na RESEX Marinha Mestre Lucindo: uma forma de diversificar a atividade extrativista local? Dissertação (Mestre em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 106f. 2018.

MILANO, M. S. Conceitos, histórico, políticas e formas de gestão. In: Áreas Protegidas / Fundo Vale, 1. Ed. Rio de Janeiro: Fundo Vale, 2012.

PALHETA, C. S. A. Artes Carnavalescas: processos criativos de uma carnavalesca em Belém do Pará. 158f. Dissertação (Mestrado em Artes) - Instituto de Ciências da Arte, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

PARÁ. Lei Estadual nº 9.064, de 25 de maio de 2020. Institui a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC/PA). Diário Oficial do Estado do Pará, Belém, PA, 2020.

_____. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Roteiro metodológico para elaboração de plano de manejo das Unidades de Conservação do Estado do Pará/ Secretaria de Estado de Meio Ambiente - Belém: SEMA, 2009.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apreendido por meio das reflexões dispostas no decorrer deste trabalho, o simples fato de existir uma convivência entre sujeitos sociais distintos já abre precedentes para a possibilidade de surgimento de conflitos, ou de acirramento daqueles já existentes.

Neste sentido, a partir do emprego de ferramentas metodológicas, sobretudo os trabalhos de campo, foi possível identificar, analisar e compreender os principais conflitos que se reproduzem no território da RESEX. Com isso, verificou-se que a grande maioria dos conflitos presentes na RESEX está fortemente relacionada ao uso inadequado dos recursos naturais locais, como a pesca predatória e a degradação dos manguezais.

A partir destes conflitos, foram estabelecidas as bases para a etapa seguinte da pesquisa, com vistas a compreender os desafios da gestão compartilhada. Para isso, as análises foram restritas ao nível do Conselho Deliberativo, o qual constitui o mais forte instrumento de empoderamento social no âmbito da gestão compartilhada, e traz consigo uma responsabilidade territorial, com a atribuição de gerenciar e manter uma Unidade de Conservação.

Como resultado, constatou-se que as limitações da gestão da RESEX estão atreladas a dois importantes fatores: informação e participação. Quanto à informação, atestou-se baixa propagação, além da necessidade de conscientização, e de investimento em capacitação. E quanto à participação, percebeu-se pouco envolvimento da população e de algumas instituições que fazem parte do Conselho Deliberativo da RESEX.

Sobre isto, por meio da realização de entrevistas e também através de observação direta durante eventos relacionados à gestão da RESEX, atestou-se uma forte centralidade do ICMBio em relação às demais instituições que compõem o Conselho. Apesar de reconhecer e valorizar a atuação do ICMBio na região, é importante estimular as demais instituições a estarem mais envolvidas nestes processos.

O mesmo estímulo se estende aos representantes de algumas comunidades, a fim de incentivar a população e seus representantes para atuarem com maior protagonismo, principalmente ao atentar para a nova modalidade de gestão

implantada pelo NGI, o qual demanda uma maior proatividade dos gestores e da população.

Com isso, foi possível refletir sobre as proposições de medidas para lidar com essas limitações e transformá-las em elementos de impulso para geração de novos cenários, dotados de novas possibilidades. Assim, as técnicas propostas tiveram o intuito de estimular a participação social e a criação de fontes de geração de renda, incrementar as inter-relações e as parcerias entre instituições do Conselho, investir na capacitação e conscientização de todos os envolvidos, aperfeiçoar a propagação de informações sobre a RESEX, melhorar a comunicação entre as comunidades mais distantes do centro da cidade, incentivar um maior senso de organização e proatividade, além de criar o hábito da busca pela melhoria contínua.

Quanto às instituições de ensino, seria interessante que o Conselho aproveitasse mais o potencial de geração de conhecimento, principalmente com informações que auxiliem as tomadas de decisão sobre a gestão da RESEX.

E ainda, é vital estimular uma mudança de perspectiva acerca dos conflitos, os quais por muito tempo foram compreendidos como agentes limitantes ao desenvolvimento. Conflitos são, na verdade, geradores de oportunidades e propulsores de transformações. Exemplo disso é esta pesquisa, que se utilizou dos conflitos para pensar técnicas de mediação e geração de possibilidades à realidade da RESEX.

Por fim, ressalta-se a necessidade de promover uma gestão com caráter socialmente participativo, integralização de informações, e descentralização de atribuições; além da relevância de produzir espaços de diálogo com vistas à realização de uma maior autonomia individual e coletiva, e fortalecer os já existentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (Org). Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume - Dumará, 2004.

ALMEIDA, F. P. Histórico de Criação das Categorias de Unidades de Conservação no Brasil. 2014. 247 p. Dissertação (Mestrado). IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas. Escola Superior De Conservação Ambiental e Sustentabilidade. 2014.

BASTOS, M. S. C. B. Turismo de saúde: saberes e remédios caseiros para o desenvolvimento local na comunidade do Sossego/Marapanim-PA. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Belém, 2016.

BECKER, B. K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BRASIL. Decreto de 10 de outubro de 2014. Cria a Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo, localizada no Município de Marapanim, Estado do Pará. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2014.

_____. Decreto nº 10.341, de 6 de maio de 2020. Autoriza o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem e em ações subsidiárias na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos Estados da Amazônia Legal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2020.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2000.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>. Acesso em: 16 de setembro de 2020.

BRITO, D. M. C. Conflitos socioambientais na gestão de unidades de Conservação: o caso da reserva biológica do lago Piratuba/AP. 375f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Amapá, 2010.

BUCKLES, D.; RUSNAK, G. Conflicto y colaboración en el manejo de los recursos naturales. In: Buckles, D. (ed) Cultivar la paz: Conflicto y colaboración en el manejo de los recursos naturales. Ottawa, IDRC, 2000.

CANTO, O. Mineração na Amazônia: assimetria, território e conflito socioambiental. Belém: NUMA/UFPA, 2016.

CANTO, O. et al. Uso de redes na análise de conflito socioambiental e gestão do território na RESEX Mãe Grande de Curuçá/PA. In: SILVA, C. N.; LIMA, R. A. P.,

SILVA, J. M. P. (Org.) Territórios, ordenamentos e representações na Amazônia. 1. ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2017.

CANTO, O. et al. Conflitos socioambientais e gestão do território em Unidades de Conservação na Zona Costeira do Estado do Pará-Amazônia-Brasil. *In*: SILVA, C. N.; OLIVEIRA NETO, A. C.; SOBREIRO FILHO, J. Perspectivas e análises do espaço geográfico: dinâmicas ambientais e uso dos recursos naturais. Belém: GAPTA/UFPA, 2018. v. 1, p. 87-114.

CANTO, O. et al. Uso de redes na análise de conflito socioambiental e de gestão do território, na RESEX Marinha "Mestre Lucindo", Marapanim/PA. *In*: SILVA, C. N.; ROCHA, G. M.; SILVA, J. M. P. (Org.) O Espaço geográfico amazônico em debate: dinâmicas territoriais e ambientais. Belém: GAPTA/UFPA, 2020.

COSTA, P. C. P. Reservas extrativistas marinhas: reflexões sobre desafios e oportunidades para a cogestão em áreas marinhas protegidas. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 48, p. 417 – 431, 2018.

CUNHA, C. C. Reservas Extrativistas: Institucionalização e Implementação no Estado Brasileiro dos Anos 1990. 2010, 308 p. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro, 2010.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A.; OLIVEIRA, D. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. *Conservação da Biodiversidade: Legislação e Políticas Públicas*. Brasília: Editora Câmara, 2010.

FURTADO, L. G. Características e problemas da pesca amazônica no Pará. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, Série Antropologia*, v. 6, n. 1, 1990.

HANNA, S. Managing for human and ecological context in the Maine soft shell clam fishery. *In*: Berkes, F.; Folke, C. *Linking social and ecological systems*. Cambridge: University Press, 1998.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Estudo Socioambiental Referente à Proposta de Criação da Reserva Extrativista Marinha no Município de Marapanim, Estado do Pará. Brasília: ICMBIO, 2014a.

_____. *Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais*, Brasília, 2014b. Disponível em: < <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/guia-conselhos-2014.pdf>>. Acesso em: 20 de julho de 2020.

_____. Instrução Normativa nº 09, de 05 de dezembro de 2014. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2014/in_icmbio_09_2014_diretrizes_modifica%C3%A7%C3%A3o_conselhos_gestores_und_conserva%C3%A7%C3%A3o_federais.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

_____. Portaria nº 120, de 13 de fevereiro de 2020. Institui o Núcleo de Gestão Integrada – ICMBio Salgado Paraense, como um arranjo organizacional para gestão territorial integrada de Unidades de Conservação federais, no âmbito do Instituto Chico Mendes - ICMBio (processo SEI n. 02070.001141/2020-01). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 fev. 2020. p. 88.

_____. Portaria nº 270, de 4 de abril de 2018. Cria o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo, no Estado do Pará.

_____. Três novas Reservas Extrativistas marinhas são criadas no Pará. 2015. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/5044-tres-novasreservas-extrativistas-marinhas-sao-criadas-no-para.html>>. Acesso em: 20 de setembro de 2020.

JENTOFT, S. Fisheries co-management: delegating government responsibility to fishermen's organizations. *Marine Policy*, 13, 1989.

_____. Co-management – the way forward. In: WILSON et al (Org.). *The fisheries co-management experience: accomplishments, challenges and prospects*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2003. p. 1-14.

LIMA, M. A. J. Uso de plantas medicinais na RESEX Marinha Mestre Lucindo: uma forma de diversificar a atividade extrativista local? Dissertação (Mestre em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 106f. 2018.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BARTHOLO JR, R.; MOTA, C. R.; BERNARDO, M.; KLINK, C. A.; NASCIMENTO, E. P.; LITTLE, P. E.; DRUMMOND, J. A.; FROTA, I.; VIANNA, J. N. S.; BURSZTYN, M. (Org.). *A difícil sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

_____. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. UNB: Série Antropologia, 2002.

MARÇAL, A. S. Os desafios para a gestão das Reservas Extrativistas Marinhas da Amazônia: estudo de caso da Reserva Extrativista Maracanã/PA. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

MILANO, M. S. Conceitos, histórico, políticas e formas de gestão. In: *Áreas Protegidas / Fundo Vale*, 1. Ed. Rio de Janeiro: Fundo Vale, 2012.

PALHETA, C. S. A. Artes Carnavalescas: processos criativos de uma carnavalesca em Belém do Pará. 158f. Dissertação (Mestrado em Artes) - Instituto de Ciências da Arte, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

PARÁ. Lei Estadual nº 9.064, de 25 de maio de 2020. Institui a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC/PA). Diário Oficial do Estado do Pará, Belém, PA, 2020.

_____. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Roteiro metodológico para elaboração de plano de manejo das Unidades de Conservação do Estado do Pará/ Secretaria de Estado de Meio Ambiente - Belém: SEMA, 2009.

SANTOS, M. O papel ativo da geografia: um manifesto. *In: Encontro Nacional de Geógrafos*, 12 jul. 2000, Florianópolis. Anais... Florianópolis: Editora, 2000. p.103-109.

_____. O retorno do território. *Observatório Social de América Latina*, Buenos Aires, ano 6, n. 16, p.1-12, jun. 2005.

_____. O dinheiro e o território. *In: SANTOS, M. et al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 3ª edição, 2007. p. 13-21.

_____. O território do dinheiro. *In: SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 20ª edição, 2011, p. 96-104.

SANTOS, M. C. et al. Conflito e gestão ambiental na zona costeira amazônica: O caso da vila do Camará, Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Mestre Lucindo, Marapanim – Pará – Amazônia – Brasil. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 6, n. 3, p.15607- 15617, 2020.

SIMMEL, Georg. A Natureza Sociológica do Conflito. *In: Sociologia*. Org.: Evaristo de Moraes Filho; [tradução de Carlos Alberto Pavanelli et al.]. São Paulo: Ática, 1983.

SOUSA, M. C. et al. Confluência do capital social, empoderamento e governança ambiental na sadia qualidade de vida em comunidades rurais no Ceará. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba - SP, v. 55, n. 04, p. 711-732, 2017.

TORRECILHA, M. L. A gestão compartilhada como espaço de integração na fronteira Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai). 184 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

VIVACQUA, M.; VIEIRA, P. F. Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação. *Política e Sociedade*, n. 7, p. 139-162, 2005.